

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DEBORAH BÜLOW FERNANDES

**POBREZA INFANTIL:
O PERIGO DE UM CÍRCULO VICIOSO**

Porto Alegre

2014

DEBORAH BÜLOW FERNANDES

**POBREZA INFANTIL:
O PERIGO DE UM CÍRCULO VICIOSO**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

Porto Alegre

2014

DEBORAH BÜLOW FERNANDES

**POBREZA INFANTIL:
O PERIGO DE UM CÍRCULO VICIOSO**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

UFRGS

Prof. Dr. Júlio César de Oliveira

UFRGS

*À minha mãe, Helga,
por tudo o que representa para mim*

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradeço à minha mãe, Helga, que sempre esteve ao meu lado. Obrigada por toda a dedicação para comigo, pela amizade e cumplicidade diárias, além do apoio e compreensão durante a elaboração deste trabalho. Agradeço também à minha avó, Odila, à minha madrinha, Rosa, e à minha grande amiga, Marlene. A presença delas ao longo de toda minha vida foi fundamental.

Aos meus amigos, agradeço pela paciência durante este último semestre e por todos os momentos compartilhados. Tanto àqueles amigos que me acompanham há anos, crescendo juntos, como aos que tive a sorte de conhecer nesse período de UFRGS, que deram um significado único para esta etapa. Não poderia deixar de lembrar daqueles que, mesmo quando distante das ciências econômicas, tiveram disposição para me ouvir e discutir comigo a temática desse trabalho, além de oferecer palavras de motivação e bons conselhos nos momentos desafiadores. Ao meu orientador, Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva, meu muito obrigada por sua dedicação e disponibilidade na orientação deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a temática da pobreza, com foco em seu impacto nas crianças pela ótica da privação de capacidades, a partir de uma revisão teórica sobre diferentes abordagens da problemática relevantes ao longo do tempo e de um exercício de pesquisa empírica. É, então, apresentada a maneira como a pobreza multidimensional afeta as crianças e a relevância da diferenciação do estudo para esta fase vital, visto que quando um indivíduo nasce inserido em tal realidade, seu prognóstico de conquistar melhores condições de vida é bastante limitado. A análise considera a significância do mecanismo de transmissão intergeracional da pobreza, e trabalha as principais privações que afetam o desenvolvimento infantil. Após o estudo bibliográfico acerca do tema, é trazida uma pesquisa empírica com crianças entre 10 e 12 anos, de uma escola em zona de vulnerabilidade no município de Venâncio Aires. Para contextualização, apresenta-se uma breve análise de dados secundários do Brasil e da cidade. Através de entrevistas e aplicação de questionários padronizados, a pesquisa de campo objetivou a percepção prática dos conteúdos estudados, confirmando diversos aspectos e possibilitando a complementação do trabalho pela observação próxima da realidade abordada. Constata-se a grande importância de investimento nas crianças, valendo-se de suas principais privações para formulação de políticas públicas que contemplem suas necessidades, além de ganhar relevância o esforço em direção ao crescimento pró-pobre, e a consideração do capital humano como um ativo. Evidencia-se uma relação direta entre a infância e a vida adulta, reforçando a necessidade de atenção às crianças para o rompimento do possível círculo vicioso da pobreza.

Palavras-chave: Pobreza infantil. Pobreza multidimensional. Privações.

ABSTRACT

Departing from a theoretical review of different approaches about poverty over time and from an empirical research, this paper aims to study the issue of poverty, focusing on its impacts on children from the capability deprivation's perspective. Therefore, it presents how multidimensional poverty affects children and the importance of its study as a stand-alone subject, taking into account that an individual born inserted in such reality has limited chances to achieve better life conditions. This analysis considers the significance of the intergenerational transmission of poverty, and discusses the main deprivations which impact on children development. After a literature review on the subject, an empirical research was conducted with children between 10 and 12 years old, from a school located in a vulnerable area of the city of Venâncio Aires. In order to contextualize it, a brief analysis of secondary data referring to Brazil and the city was presented. Through interviews and standard questionnaires, the field research targeted at understanding the studied contents in the real world, endorsing many theoretical perceptions and allowing the enrichment of the research through close observation of the studied reality. The importance of investing in children is verified, taking their main deprivations into account to elaborate public policies which contemplate their needs. Also, pro-poor growth and human capital gain relevance in the socioeconomic scenario. A direct relation between childhood and adulthood reinforces the need to focus the attention on children, to break the possible vicious circle of poverty.

Keywords: Child poverty. Multidimensional poverty. Deprivations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização de Venâncio Aires no mapa do Rio Grande do Sul.....	55
Gráfico 1 - Distribuição de sexo das crianças entrevistadas por ano escolar.....	60
Gráfico 2 - Percepção de confiança das crianças entrevistadas.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

E.E.E.M.	– Escola Estadual de Ensino Médio
FEE	– Fundação de Economia e Estatística
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	– Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	– Ministério da Educação
ONG	– Organização não governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
PBF	– Programa Bolsa Família
PIB	– Produto Interno Bruto
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	– Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	UMA COMPREENSÃO DA POBREZA.....	13
2.1	A complexidade do entendimento de pobreza	13
2.2	Pobreza como privação de capacidades	20
2.3	Crescimento pró-pobre	26
2.4	Investimento em capital humano	30
3	A POBREZA INFANTIL	32
3.1	A experiência da pobreza para as crianças.....	32
3.2	Efeitos da pobreza na infância a partir de capacitações essenciais	40
4	A POBREZA INFANTIL INTERPRETADA EMPIRICAMENTE.....	51
4.1	Panorama da realidade brasileira.....	52
4.2	Contextualização do local de estudo	54
4.3	Metodologia da pesquisa de campo	57
4.4	Resultados da pesquisa de campo	59
4.4.1	<i>Questionários aplicados com os alunos</i>	<i>59</i>
4.4.2	<i>Entrevista com as coordenadoras</i>	<i>67</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
	REFERÊNCIAS	73
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA A PESQUISA DE CAMPO	80
	ANEXO A – TABELA DE TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DE POBREZA.....	83

1 INTRODUÇÃO

A pobreza, em função de ser uma temática presente no cotidiano, muitas vezes é interpretada a partir de um entendimento um tanto limitado, embasado pelo senso comum. Contudo, ao levarmos em consideração apenas um patamar mínimo de renda para classificar uma pessoa no nível da pobreza, ou abaixo dele, ignoramos muitos problemas vivenciados pelos indivíduos nessa condição, que também devem ser compreendidos e solucionados.

Principalmente em razão de o Brasil ainda estar se desenvolvendo, existem muitos problemas a serem superados, como, por exemplo, a desigualdade existente no país e as condições precárias de vida de grande parte da população, trazendo a problemática para o nosso cotidiano. Por muito tempo, a pobreza foi entendida como falta de recursos monetários, existindo um nível a ser ultrapassado para “superá-la”. Entretanto, a partir do final do século XX, ganhou força a interpretação da pobreza como fenômeno multidimensional, considerando a ideia de privações relativas. Amartya Sen, vencedor do prêmio Nobel de Economia em 1998, foi um dos grandes expoentes a defender essa abordagem.

Muitas obras trazem hoje a pobreza com uma ótica abrangente de privações, e as dificuldades enfrentadas especialmente na infância também são temas de análises de estudiosos do assunto e de instituições centradas na proteção dessa fase. A pobreza é um dos principais obstáculos à sobrevivência e ao desenvolvimento das crianças. Ela priva as crianças de seus direitos fundamentais, ocasionando, muitas vezes, danos irreversíveis, prejudicando seus papéis futuros como adultos, considerando mercado de trabalho, família, comunidade e sociedade. A infância deveria ser um tema central de preocupação para a sociedade e para o Estado, incentivando o apoio e provendo os serviços públicos necessários para suportar o desenvolvimento dessa população, gerando, em longo prazo, uma redução efetiva da pobreza. Como o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2000, p. 1) bem destaca, “Poverty reduction must begin with children.”¹

Apesar de incontáveis avanços na compreensão da pobreza e das limitações que a mesma impõe, o tema ainda aparece como foco de análise. A tentativa de encontrar índices para mensurá-la e entendê-la da melhor forma possível é constante. A ênfase das pesquisas normalmente recai sobre a população adulta, em função de estar em idade produtiva, de exercer o

¹ “A redução da pobreza deve começar pelas crianças”, tradução nossa.

papel de chefes de família e de sua capacidade de auferir renda, o que é uma interpretação bastante lógica.

Todavia, todas as faixas etárias sofrem privações significativas quando inseridas na realidade da pobreza. É indispensável considerar o fato de que muitos indivíduos não encontram uma perspectiva de saída dessa condição desde sua infância. Ou seja, devido a dificuldades, limitações de liberdades e oportunidades, não há sequer a possibilidade de se desenvolverem de uma forma saudável para que, quando adultos, possam evoluir seu padrão de vida.

A partir de uma análise crítica da problemática da pobreza, serão estudadas suas implicações e a dificuldade de superá-la, adotando como centro a manifestação da mesma na infância. É necessário considerar que a população infantil atual determinará a realidade do futuro, criando-se assim, a possibilidade de um círculo vicioso da pobreza, difícil de ser interrompido. O presente trabalho busca abordar de forma conceitual e empírica a pobreza infantil sob o enfoque de pobreza como privação de capacidades.

É sabido que as crianças que são inseridas em um cenário difícil desde seu nascimento, ou até antes dele, possuem inúmeras limitações nos mais diversos aspectos. Dessa forma, o trabalho pretende analisar essas diferentes privações, suas manifestações e efeitos. Como objetivos específicos, busca-se estudar diferentes interpretações da pobreza e a evolução do conceito. Também, discutir o impacto da pobreza na vida das crianças e seus efeitos futuros, e analisar empiricamente a pobreza infantil em um grupo de crianças entre 10 e 12 anos em Venâncio Aires (RS). A pesquisa parte do entendimento de que a pobreza, grande parte das vezes, tem seu início na infância, o que indicaria que se suas principais consequências nessa fase vital fossem ao menos amenizadas, a perspectiva de reversão desse quadro seria mais positiva.

Para a elaboração dessa pesquisa, inicialmente é realizada uma revisão bibliográfica acerca do fenômeno da pobreza e suas implicações para as crianças. No primeiro capítulo do presente trabalho, busca-se apresentar diferentes percepções da pobreza, demonstrando a insuficiência de uma abordagem centrada em recursos monetários. Com a exposição da abordagem das capacitações, objetiva-se fortalecer a multidimensionalidade da pobreza e explicar a importância da garantia de capacidades fundamentais para as pessoas. Outros conceitos abordados são o crescimento pró-pobre e a importância do investimento nas pessoas, tratando do capital humano. O segundo capítulo, por sua vez, centra-se na infância. A partir da análise dessa fase vital, é estudada de que maneira a pobreza afeta a vida das crianças e as principais privações

que se apresentam a elas, considerando as dificuldades de reversão dessa realidade e a tendência de perpetuação através das gerações.

Com o intuito de aproximar a pesquisa teórica da realidade, e analisar a pobreza a partir da observação empírica e não apenas de dados agregados, o terceiro capítulo consiste em uma contextualização brasileira e um estudo de caso. A pesquisa empírica foi realizada na cidade de Venâncio Aires, com crianças entre 10 e 12 anos, estudantes do 5º, do 6º e do 7º ano da Escola Estadual de Ensino Médio (E.E.E.M.) Crescer. A eleição da escola deveu-se ao bairro e realidade na qual está inserida, possibilitando o contato com uma população adequada ao tema do trabalho. Acerca da metodologia da pesquisa empírica, a mesma é apresentada de maneira detalhada no capítulo três. O objetivo de tal estudo consiste em entender a visão das próprias crianças sobre sua condição, identificando os pontos mais deficientes que deveriam ser objeto de preocupação. A busca pela redução da pobreza deveria se dar a partir de uma compreensão das necessidades da população, questionando sobre renda, educação, saúde, nutrição, relação intrafamiliar, entre diversos outros pontos.

2 UMA COMPREENSÃO DA POBREZA

Ao tentar definir um conceito para a pobreza, esbarra-se na complexidade teórica da mesma. Apesar de ser um assunto amplamente discutido, não existe uma definição universalmente aceita (UNICEF, 2000). A fundação destaca que a quantificação do problema também é desafiadora devido à sua multidimensionalidade, que engloba atributos não mensuráveis, como exclusão social e respeito.

2.1 A complexidade do entendimento de pobreza

“A economia não se ocupa unicamente de rendas e riqueza, mas também da forma como são utilizados esses recursos como meio para atingir metas importantes, inclusive a promoção e a fruição de existências longas e proveitosas.” (SEN, 1993, p.1). Sen (1993) traz a qualidade de vida como sugestão de ponto fundamental para a medição do sucesso econômico, que muitas vezes é avaliado apenas pelo produto ou renda nacional. Ele pontua que se fala muito em prosperidade econômica atualmente, mas a realidade de miséria e fome ainda perdura. Sen (1993) reforça que indicadores tradicionais de medição econômica não são suficientes para avaliar uma economia, pois aspectos sociais são fundamentais nesse entendimento, além de analisar diferentes realidades dentro de uma nação, e não apenas estatísticas agregadas.

Marshall (2009) trabalha com o conceito de cidadania e propõe sua divisão em três partes: civil, política e social. Civil consistiria nos direitos para a liberdade humana, como liberdade individual, de expressão, de pensamento e de fé, além da igualdade de todos perante a lei. Sobre o âmbito político, o autor ressalta o direito de participar do poder político, como membro com autoridade ou como eleitor. O aspecto social, por sua vez, engloba inúmeros fatores, como direito ao bem-estar econômico, à segurança, direito de viver civilizadamente de acordo com os padrões da sociedade.

O autor ressalta que, nos tempos antigos, esses três “eixos” eram unidos, não havia tal distinção nem mesmo para as instituições. Quanto à história, Marshall (2009) considera que na antiga sociedade feudal, não havia preocupação com a igualdade, ao passo que nas cidades medievais a preocupação começa a aparecer, porém ainda apenas no nível local.

Os direitos civis foram os primeiros a surgir, em sua forma moderna por volta dos anos 1830; os direitos políticos ganharam força no século XIX, mas só no século seguinte o princípio de cidadania política universal foi reconhecido. Os direitos sociais conquistaram espaço apenas no século XX, apesar da existência de algumas políticas nesse sentido antes de tal data (MARSHALL, 2009). O autor destaca a importância de considerar os direitos sociais além dos civis, visto que muitas das desigualdades existem em função da falta de direitos sociais, como acesso à educação, por exemplo.

Townsend (2010) reconhece que desde o século XIX eram buscadas definições para a pobreza e, em meados do século XX, foram estabelecidos benefícios de seguridade social e realizadas pesquisas sobre a pobreza, valendo-se da renda por características de domicílio para interpretar a situação na Inglaterra. A UNICEF (2000) destaca algumas noções distintas de pobreza, como um problema de renda, de falta de acesso às necessidades e direitos fundamentais, ou ambos. Sen (1999) considera que muitas vezes a discussão de pobreza ignora fatores de grande importância em função de uma concentração nos rendimentos que, apesar de fundamentais na caracterização de pobreza, não a definem em sua totalidade. Amiel e Cowell (1999) também apontam a existência de uma definição limitada do que seria a pobreza, considerando uma falha conceitual – para eles, seria necessário utilizar diversos outros fatores, como a interpretação de bem-estar, por exemplo.

Percebe-se que a discussão de considerar apenas aspectos monetários, ou também dar relevância a aspectos não monetários é recorrente. A UNICEF (2000) entende a pobreza como o resultado da distribuição desigual de bens e falta de acesso a recursos produtivos, vinculando isto ao rápido crescimento econômico sem uma preocupação social, que causa desigualdade, perpetuando a pobreza. Segundo Romão (1982), “A pobreza implica muito mais do que meras considerações econômicas, nas necessidades não econômicas como autorrealização, liberdade, prestígio, participação na sociedade, etc., são muito mais difíceis de aferir.” (ROMÃO, 1982, p. 356), ou ainda como “[...] a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm.” (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 6). Sen (1981) aponta que uma maneira de identificar a pobreza é através da especificação de uma série de necessidades básicas ou mínimas, considerando a incapacidade de atingi-las como pobreza.

Sen (1981) indaga sobre quem deveria ser o foco da definição de “pobres”, se apenas as pessoas pobres, apenas os não pobres ou ambos. O questionamento se relaciona com o fato de a

pobreza também afetar os indivíduos que não estão inseridos em tal realidade, mas o autor argumenta que estes apenas sentem os efeitos da pobreza, e não estão inseridos no conceito – que, para ele, deve estar focado no bem-estar dos pobres.

Os padrões de renda para determinar pobreza costumam ser associados a níveis de subsistência. Townsend (2010) e Sen (1981) destacam a visão de Rowntree, de 1901, na qual a pobreza é definida a partir da insuficiência de rendimentos para suprir necessidades mínimas de eficiência física, a partir de considerações biológicas de sobrevivência e capacidade de trabalho, atendo-se ao menor custo possível. Algumas críticas mencionadas por eles para tal interpretação são embasadas na variação de condições físicas, climáticas e hábitos de trabalho, na dificuldade de definir necessidades nutricionais e na arbitrariedade para estabelecer um limite mínimo. Além disso, a tradução de necessidades nutricionais básicas em alimentos, efetivamente, depende da escolha dos produtos, que normalmente é feita a partir da minimização do custo, enquanto os hábitos individuais não são estruturados de tal maneira.

Sen (1981) também chama a atenção para a dificuldade de especificar necessidades mínimas para outras categorias que não a comida. Muitos estudos estimam um percentual da renda que deveria ser gasto com a alimentação, é calculado um custo mínimo para a comida e, de tal valor, é derivada a renda mínima necessária. Entretanto, a proporção gasta com comida varia em função de diversos aspectos, como hábitos, cultura, preços relativos, disponibilidade, entre outros. Townsend (2010) defende ainda que, além das necessidades nutricionais mínimas para a sobrevivência, é importante considerar hábitos alimentares, por efeitos culturais e psicológicos, valendo-se do exemplo do chá na Inglaterra.

Para tal defesa, Townsend (2010) mune-se de estudos de Marshall (1946) e de Adam Smith (1776), argumentando a favor de agregar a tais necessidades alguns fatores que são cultural e socialmente fundamentais para que os indivíduos tenham uma vida adequada em sua sociedade. Sen (1981) considera que convenções sociais são fatos, padrões, e não estimativas e pesquisas subjetivas ou morais. O acadêmico também aponta as pesquisas de Adam Smith, que já reconhecia como necessidade não só aquilo essencial para a sobrevivência, mas também costumes que a sociedade considera fundamentais.

Uma das maneiras mais tradicionais de se estudar a temática da pobreza é a partir da determinação de um patamar mínimo de renda aceitável, a “linha da pobreza”. Tal linha pode ser definida por diferentes países, a partir de sua realidade socioeconômica, existindo também um

padrão internacional, estipulado pelo Banco Mundial (2014), de considerar como pobreza extrema rendimentos menores que US\$1,25 por dia. Diversos autores e instituições percebem a arbitrariedade dessa interpretação. Tochetto et al. (2004) ressaltam três problemas principais em tal delimitação – a alta sensibilidade das medidas de pobreza em relação à localização da linha da pobreza, a generalização de todos os pobres, e a dificuldade de alinhamento entre conceito e medida. Sen (1981) aponta ainda a dificuldade em determinar uma “linha” para a pobreza, pois se os gostos e preferências individuais são desconsiderados, utiliza-se a técnica de minimização de custos. Contudo a formulação de dietas, por exemplo, decorrente de tal interpretação é considerada inaceitável. O autor pondera que os gostos devem ser considerados, mas torna-se difícil o estabelecimento de limites, sendo necessário diferenciar as preferências de uma comunidade, daquelas individuais.

Em suas considerações sobre a linha da pobreza, Sen (2001) introduz duas possibilidades de medida: a identificação dos pobres e a agregação estatística para estimar um índice. Daí deriva a abordagem do “*headcount*”, a incidência de pobreza a partir da contagem de pessoas com renda abaixo de um patamar determinado, e a interpretação do “hiato de renda”, que, por sua vez, considera a diferença entre os rendimentos de cada um e o padrão determinado como mínimo. O autor analisa a junção das duas abordagens, no entanto, isto ainda não seria suficiente, uma vez que a distribuição de renda entre os pobres é ignorada.

Como decorrência, a mensuração de pobreza também é um tema complicado. Fiore et al. (2007) destacam a dificuldade de encontrar uma boa base conceitual para a mensuração de pobreza, ou qualidade de vida e bem-estar, por serem conceitos subjetivos e de difícil mensuração. Muitos autores, como Amiel e Cowell (1999), adotam a renda como parâmetro e utilizam a linha de pobreza como referência, apesar de admitir e salientar sua limitação. Sen (1981), por reconhecer certas ambiguidades e arbitrariedades, sugere que seja aceito o elemento arbitrário na definição de pobreza e que se busque deixá-lo o mais esclarecido possível. Sen (1981) frisa, ainda, os problemas na utilização de agregados e a dificuldade de comparação entre diferentes sociedades, evidenciando a necessidade de distintos estudos e abordagens.

Apesar de tais considerações, Sen (2001) reconhece a vantagem de utilizar a renda para a definição de pobreza, em função da possibilidade de comparação, além da disponibilidade de informação. Porém, é preciso considerar a desigualdade entre os pobres e, possivelmente, desenvolver uma pesquisa mais completa. Para Sen (2001), a análise da renda não pode ser

independente de outros fatores da vida humana, sendo necessária a consideração de características pessoais e circunstanciais, avaliando um patamar de renda capaz de gerar níveis adequados de capacidades para determinado indivíduo.

A pobreza também pode ser estudada a partir de necessidades básicas. Sen (1981) considera as alimentares, que aparecem inicialmente como fatores nutricionais, sendo necessária uma transformação destas em *commodities*, o que pode ser complexo. Sobre isso, ele levanta que certas características são obtidas a partir de diversos alimentos, mas determinada comunidade pode aceitar apenas de um, por questão cultural ou por hábitos, conforme já mencionado. Sen (1981) apresenta dois métodos para identificar as necessidades básicas. O primeiro é o método direto, que busca identificar as pessoas cujas cestas de necessidades básicas não são supridas, não envolvendo qualquer aspecto monetário. Já o segundo é o método da renda, que defende inicialmente o cálculo da renda mínima para suprir tais necessidades e considerar como pobre que ficar abaixo de certo patamar.

Sen (1981) defende que o direto é superior ao indireto, dentre outros motivos, por não se basear em comportamento de consumo impreciso. Por outro lado, o autor reconhece certo mérito do método da renda, visto que ele leva em conta as normas comportamentais da sociedade, além de proporcionar uma mensuração numérica a partir da “distância” da linha da pobreza. Contudo, é mais restritivo e requer mais informações para seu estudo, dados alguns fatores como a inexistência de uma uniformidade de padrão de consumo e a variação de preços entre os grupos.

Crespo e Gurovitz (2002) consideram a concepção da sobrevivência muito restritiva e passível de críticas, principalmente por justificar níveis básicos de assistência, os quais apenas manteriam os indivíduos no nível mínimo de sobrevivência. O aparecimento da teoria das necessidades básicas deu uma maior abrangência ao conceito, determinando um nível mínimo de consumo e de acesso a serviços para as famílias. Na década de 1980, baseando-se no entendimento da privação relativa, ganham relevância as questões sociais.

A pobreza tem grande relação com privações e, em função do homem ser um animal social, o conceito de privação torna-se relativo, fazendo com que a utilização apenas do caráter absoluto da pobreza não seja adequada (SEN, 1981). O autor define privação relativa, então, como situações nas quais as pessoas têm menos de alguns atributos desejados que outros, como renda, condições de emprego ou poder. Ainda assim, Sen (1981) salienta a dificuldade de analisar

pobreza como privação relativa, em função da escolha de grupos de referência, pois, para isso, é necessário que as pessoas se comparem entre elas.

Entretanto, o autor defende que quando se utiliza apenas a interpretação relativa da pobreza, sem considerar o caráter absoluto, trata-se de uma análise incompleta também, pois algumas características ou privações indicam uma situação de pobreza independentemente dos padrões da sociedade. Sen (1981) considera, ainda, que condições de privação são diferentes de sentimentos de tal natureza, mas não são independentes, pois bens materiais não podem ser avaliados sem referência de como as pessoas os veem.

A complexidade do tema também é referida por Townsend (2010), que atenta para o dinamismo do conceito de pobreza e a interdependência entre a eficiência física dos indivíduos, seu bem-estar psicológico, e a organização e estrutura da sociedade. Para ele, não é possível determinar as necessidades absolutas das pessoas para manter sua eficiência física ou saúde que se aplique a qualquer sociedade, em qualquer período de tempo. O autor reconhece o trabalho de organizações como a Organização das Nações Unidas – ONU, que buscam uma forma de tornar comparáveis dados econômicos e sociais internacionalmente.

Para Townsend (2010), é necessário desvincular o conceito de pobreza da renda. Como argumento, traz a má distribuição de recursos não monetários e, dessa forma, a possibilidade de a pobreza ser percebida em outros aspectos. Sen (2000) também argumenta que perceber a pobreza como insuficiência de renda é um entendimento limitado.

Apesar do papel crucial das rendas nas vantagens desfrutadas por diferentes pessoas, a relação entre, de um lado, a renda (e outros recursos) e, de outro, as realizações e liberdades substantivas individuais não é constante nem, em nenhum sentido, automática e irreversível. Diferentes tipos de contingências acarretam criações sistemáticas na ‘conversão’ das rendas nos ‘funcionamentos’ distintos que podemos realizar, e isso afeta os estilos de vida que podemos ter. (SEN, 2000, p. 133).

Muitas vezes os recursos ou bens primários que uma pessoa tem são indicadores muito imperfeitos da liberdade que tal pessoa desfruta, pois existem muitas variações individuais na conversão de recursos em liberdade, naquilo que as pessoas podem, efetivamente, fazer ou ser (SEN, 2001). O autor entende os indivíduos como agentes que visam ao seu próprio bem-estar, capazes de buscar a realização de outros objetivos e valores que considerem importantes, além da sua qualidade de vida.

A pobreza é vista por Sen (2001) como uma ausência de capacidades básicas para atingir níveis aceitáveis de vida, considerando tanto aspectos físicos como sociais. Ele contrasta sua abordagem com a que considera pobreza como baixa utilidade, e a que tem como parâmetro um determinado nível de renda, destacando que nem bens primários, nem rendimentos determinam o bem-estar. O autor considera importante a análise da renda, mas não de maneira independente, como um fim, e sim como um meio, vinculando a pobreza à incapacidade de buscar bem-estar.

Acerca do estudo da desigualdade, Sen (1981) pontua que, apesar de a pobreza e a desigualdade serem conceitos fundamentalmente diferentes, são fortemente vinculados. Uma transferência de renda dos ricos para os pobres normalmente culmina em uma redução da pobreza; mudanças na distribuição de renda podem melhorar a pobreza sem necessariamente haver um aumento de produto ou produtividade de um país. Para Amiel e Cowell (1999), há grande semelhança entre pobreza e desigualdade, o que faz com que exista uma vantagem em analisar a pobreza de maneira semelhante à desigualdade ou comparações de bem-estar social. Os autores destacam que os conceitos não são iguais ou interdependentes, mas que normalmente são encontrados juntos, possuem causas parecidas e costumam aumentar ou diminuir juntos.

A desigualdade também é estudada por alguns como um resultado apenas da distribuição de renda. Sen (2001), por sua vez, critica a compreensão de desigualdade como um fator estritamente vinculado à renda, defendendo que inúmeras características físicas e sociais afetam e determinam nossas vidas. Os recursos monetários, como colocado anteriormente, são percebidos como meios que aumentam a liberdade para realizar, que é vista por Sen (2001) como a oportunidade real que se tem para fazer o que se valoriza, não ignorando a existência de outros meios para tal. É importante salientar que recursos iguais não geram a mesma liberdade, já que existem muitas variações entre as pessoas.

Sen (2000) reforça o forte vínculo entre a renda e as capacidades, pois a renda é um meio importante para a obtenção de capacidades, e maiores capacidades tendem a elevar a produtividade de uma pessoa e sua possibilidade de auferir renda. Ele atenta para o fato de que uma abordagem mais ampla expressa melhor a realidade da sociedade, e menciona que a pobreza real pode ser mais intensa do que aquela percebida pela avaliação da renda. É relevante o estudo e consideração da renda por ser um meio para a obtenção do fim que as pessoas buscam, suas liberdades (SEN, 2000). Dessa forma, a desigualdade de renda é considerada um conceito diferente da desigualdade de uma maneira mais abrangente, que engloba outras variáveis

importantes, como bem-estar, liberdades e qualidade de vida, traduzindo, no segundo caso, um quadro mais completo e com maiores informações sobre aspectos importantes da vida das pessoas.

A análise do desenvolvimento contempla diversos entendimentos, muitos deles considerando o crescimento econômico como principal objetivo. Sen (1999) levanta a perspectiva das liberdades humanas, considerando os fatores entendidos como fins por outras teorias, meios para atingir a ampliação das liberdades dos indivíduos, apresentando outros elementos necessários para alcançar tal realidade, como instituições sociais e econômicas competentes e direitos civis e políticos garantidos. Assim, ele retrata desenvolvimento como uma ampliação da liberdade humana, e vincula o sucesso econômico e social à realidade vivenciada pela população, ressaltando a importância de viver em condições satisfatórias, ter liberdade de escolhas e controle sobre a vida.

2.2 Pobreza como privação de capacidades

A pobreza está diretamente relacionada a privações (SEN, 1981). Crespo e Gurovitz (2002) buscam compreender este conceito considerando a Abordagem das Capacitações, trazendo-a como a teoria de pobreza mais utilizada atualmente. Para isso, também expõem as teorias anteriores, como pobreza relativa ou absoluta, além de ressaltar a importância de estudos como os de Deepa Narayan para o Banco Mundial, que privilegia a visão dos pobres sobre “o que é ser pobre”².

Sen (2001) questiona a definição dos aspectos que indicam uma situação de pobreza – se o maior determinante é mesmo a renda ou se poderia ser um “conjunto capacitário”. O autor considera que “[...] a pobreza é melhor vista em termos de uma deficiência de capacidade do que em termos da falha em satisfazer as ‘necessidades básicas’ de mercadorias especificadas.” (SEN, 2001, p.172). É importante ressaltar que ele leva em conta a variação das privações nas diferentes sociedades.

Amartya Sen e Martha Nussbaum são os grandes nomes da Abordagem das Capacitações. Nussbaum (2000) considera que o pioneiro dessa interpretação foi Sen, nos estudos de economia do desenvolvimento, sendo sua versão posterior, de meados da década de 1980, desenvolvida a

² Ver o trabalho “Voices of the poor” (BANCO MUNDIAL, 2000, 2002)

partir de estudos sobre Aristóteles. Tal abordagem tem seu foco não na satisfação individual ou em seus recursos, mas sim naquilo que as pessoas são realmente capazes de fazer ou ser, a partir da noção de capacidade e habilidade.

Ao versar sobre as inspirações de sua teoria, Sen (2008) também ressalta as ideias de Aristóteles, referentes à conquista de valiosos funcionamentos e à habilidade de gerá-los e aproveitá-los. Nussbaum (2000) considera como uma das melhores abordagens para o estudo de condições sociais básicas a abordagem das capacidades humanas, adotando o “principle of each person’s capability”³ ao preocupar-se com cada pessoa e entender cada uma com um fim e não um meio. A autora considera a abordagem das capacitações uma abordagem universal, sendo importante para qualquer indivíduo, em qualquer país.

Sen (2001) compreende o bem-estar como a “[...] qualidade do ‘estado’ da pessoa.” (SEN, 2001, p.79), e que tal realização é concebida a partir de funcionamentos. Sen (2001, 2008) explica funcionamentos como parte da condição de vida de uma pessoa, associada ao que ela é capaz de fazer ou ser. Os mesmos dividem-se em básicos, como nutrição ou saúde, valorizados por todos; e complexos, como, por exemplo, dignidade, felicidade ou integração social, também importantes, mas com uma relevância mais particular para cada indivíduo. Para realizar tais funcionamentos, é necessário ter a capacidade para isso. A capacidade, ou capacitação (no inglês, *capability*), é descrita por Sen (2001, 2008) como a liberdade de levar certo tipo de vida, de conquistar diferentes combinações de funcionamentos, com possibilidade de escolha de uma “coleção”, o “conjunto capacitário”.

Nesse conceito, constam fatores dos mais diversos, como direitos, liberdades, oportunidades, saúde, entre outros (SEN, 2001). O autor defende que a capacidade de realizar certos funcionamentos constitui a liberdade (ou oportunidade real) de atingir o bem-estar, ou seja, o bem-estar pode ser considerado dependente da capacidade de fazer ou ser determinadas coisas. Sen (2001) ressalta, então, que abordagens tradicionais que avaliam a qualidade de vida a partir de bens primários, recursos ou renda real devem ser consideradas apenas meios para atingir a liberdade, que seria o principal objetivo, possibilitando a busca dos funcionamentos desejados.

A partir de uma restrição de oportunidades, porém, muitas vezes os desejos se ajustam às possibilidades, como uma maneira de evitar frustrações – a frustração de desejar algo que não se pode ter, adapta os desejos às condições de vida, considerando a realidade como boa e reduzindo

³ “Princípio da capacidade individual”, tradução nossa.

a necessidade de mudança (PEREIRA, 2007). O autor reforça que em contextos de pobreza, em especial pobreza extrema, é bastante usual crenças que minimizem necessidades importantes, como educação e emprego, na tentativa de melhor lidar com a situação. O conceito de preferências adaptativas consiste, então, em evitar a frustração a partir da inconsciente negação de vontades que não podem ser satisfeitas.

Pereira (2007) trata da “frustração ótima”, afirmando que desejar ou necessitar algumas coisas que não se tem é um fator importante para se considerar feliz, não violando a condição humana de seres vulneráveis. Já em casos em que as preferências adaptativas estão presentes, passa-se de uma situação com graves frustrações para uma com níveis mínimos.

Sen (2001) salienta um fator importante de tal abordagem, que é a relevância concedida aos elementos constitutivos do viver, e redução da ênfase nas mercadorias, rendas, utilidades, entre outros. O autor explica que a significância de considerar a capacidade que a pessoa tem, e não só o funcionamento, se dá em função do impacto positivo da liberdade de escolha no bem-estar e na qualidade de vida. A UNICEF (2000) também atenta para a importância de considerar as diferenças entre regiões ou grupos, ressaltando a abordagem dos direitos humanos.

A human rights approach calls for analysis that goes beyond national averages, one that pays attention to the distribution of progress between and within countries, regions, urban and rural areas and socio-economic groups according to gender or age and ethnic or caste origin. National averages mask wide discrepancies between and among such groups.⁴ (UNICEF, 2000, p.17).

O estudo da Abordagem das Capacitações tem grande relação com a igualdade humana. A compreensão de capacidades como metas para todos defende condições de vida mais igualitárias (NUSSBAUM, 2000). Um ponto fundamental dessa abordagem apresentado por Comim, Bagolin e Avila (2012) é o fato de ela contemplar a diversidade humana, pois o conjunto capacitário de uma pessoa depende de diversos fatores além do montante de renda recebido (gênero, deficiência, idade, entre outros).

⁴ "A abordagem de direitos humanos exige uma análise que vai além das médias nacionais, que atenta à distribuição do progresso entre e dentro dos países, regiões, áreas urbanas e rurais e grupos socioeconômicos de acordo com sexo, idade, etnia ou casta. As médias nacionais mascaram grandes discrepâncias entre esses grupos.", tradução nossa.

“The core idea is that of the human being as a dignified free being who shapes his or her own life in cooperation and reciprocity with others, rather than being passively shaped or pushed around by the world in the manner of a ‘flock’ or a ‘herd’ animal.”⁵ (NUSSBAUM, 2000, p. 72). Nussbaum (2000) afirma que a abordagem entende cada pessoa como um indivíduo único e com capacidades próprias, sem ser generalizado dentro de um agregado.

Sen (2000) reconhece a importância de considerar a diversidade humana e aponta que existe inclusive variação entre as liberdades obtidas por cada um. O autor identifica diferentes fontes de variações: heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferentes perspectivas relativas e a distribuição na família. As heterogeneidades pessoais são justificadas por explicar que as pessoas possuem características e, conseqüentemente, necessidades distintas; as diversidades ambientais, em função de variações ambientais impactarem nas condições de vida e necessidades; as variações no clima social, já que condições sociais como educação, segurança, saúde e relações comunitárias também influenciam; as diferentes perspectivas relativas, justificadas pela importância das convenções e costumes na vida das pessoas; e a distribuição na família, decorrente das possíveis discrepâncias na promoção de interesses de diferentes membros da família.

Acerca desse assunto, Comim, Bagolin e Avila (2012) valem-se de pesquisas prévias de Comim que ressaltam que, em termos operacionais, o grau de diversidade humana influencia as taxas de conversão de recursos em capacitações. Com esses entendimentos, os autores alertam sobre o perigo de “cair na armadilha das medidas subjetivas”, pois a Abordagem das Capacitações possui características objetivas trazidas pelos funcionamentos e capacitações, que consistem na realização daquilo que uma pessoa valoriza e suas oportunidades para tal.

Nussbaum (2000) aponta que a Abordagem das Capacitações não considera apenas a satisfação de uma pessoa em fazer o que faz, mas trabalha em compreender quais são as reais oportunidades e liberdades de cada um. Dessa forma, abrange mais do que apenas os recursos, discorre sobre as capacidades e funcionamentos, analisando uma qualidade de vida mais ampla e mais próxima da realidade.

Frente a essa gama de estudos e ampla utilização da Abordagem das Capacitações de Sen e Nussbaum, alguns autores apresentam as deficiências dessa visão. Mendonça (2012) aponta as

⁵ “A ideia central é a do ser humano como um ser livre e digno, que molda sua própria vida em cooperação e reciprocidade com os outros, em vez de ser passivamente moldado ou empurrado pelo mundo na forma de um ‘bando’ de animais”, tradução nossa.

limitações das políticas adotadas pelo Banco Mundial e por Sen, alegando que tais métodos não resolveriam os problemas de pobreza que afetam países subdesenvolvidos e que desconhecem a exploração capitalista e suas principais características. Valendo-se da abordagem marxista, que aponta o modo de produção capitalista e a relação do capital *versus* trabalho como reais princípios causadores da pobreza e miséria, o autor afirma que as teorias em questão não enfrentariam a real causa do problema. É importante ressaltar que Mendonça não desmerece a preocupação social de tais políticas, inclusive reconhecendo seu valor. Entretanto, reforça a insuficiência da abordagem em questão, já que o autor classifica a desigualdade como o fruto de um modelo de produção coercivo, que sempre acabaria por prejudicar a classe trabalhadora, criar o exército industrial de reserva e difundir a desigualdade.

Apesar dessas críticas, é patente a preocupação de Sen com a redução da pobreza e com o âmbito social, fazendo deste último o centro de sua teoria, como é exposto por Crespo e Gurovitz (2002). A renda deixa de ser o foco, passando a ser considerada uma capacitação de grande importância, já que exerce um forte impacto em diversas outras. A renda é entendida como um meio fundamental na obtenção de capacidade, e mais capacidades elevam o poder produtivo do indivíduo, aumentando suas chances de elevar a renda. Crespo e Gurovitz (2002) também chamam a atenção para o fato de a abordagem considerar as diferenças de condições para cada ser humano, como idade, gênero, localização, saúde, etc., que limitam as capacidades individuais.

Nussbaum (2000) analisa as capacidades dividindo-as em três tipos. As capacidades básicas, que são inatas e uma base para o desenvolvimento de capacidades mais avançadas, podendo ser mais ou menos prontas para funcionarem (ex.: capacidade de ver e de ouvir). O segundo tipo são as capacidades internas, que são desenvolvidas pelas pessoas com influência do ambiente em um determinado momento, podendo ser utilizadas a partir de então (ex.: capacidade de amar, de exercitar escolhas políticas). O último grupo são as capacidades combinadas, que consistem na combinação de capacidades internas com condições externas adequadas para exercer seu funcionamento – a distinção dessas das internas é sutil, visto que as capacidades internas também costumam requerer condições externas adequadas.

A autora organiza uma lista de capacidades centrais, que considera uma base para a determinação de condições sociais mínimas, que devem ser promovidas para todos. A lista parte das capacidades combinadas, sendo necessário o desenvolvimento da própria pessoa, bem como um ambiente favorável. É importante pontuar que Nussbaum (2000) ressalta que tal lista

permanece aberta a mudanças e sempre pode ser contestada e refeita, podendo inclusive variar em diferentes sociedades. A autora salienta que as capacidades têm importância central e são distintas, o que faz com que cada uma seja única e não possa ser suprida com um aumento de outra, apesar da forte relação entre elas. As visões de Sen e Nussbaum são bastante semelhantes, mas existem algumas distinções. Nussbaum (2000) ressalta o fato de o economista não utilizar a ideia de um limiar para a pobreza, não organizar uma lista de capacidades centrais – apesar de considerar diversos exemplos de capacidades fundamentais em seus trabalhos, bem como não dividir as capacidades em diferentes tipos.

A lista de Nussbaum (2000) consiste nos seguintes itens:

- a) vida: viver por um período normal, sem morte prematura;
- b) saúde física: ter boa saúde, nutrição e abrigo adequados;
- c) integridade física: possibilidade de se mover livremente sem perigos;
- d) sentidos, imaginação e pensamento: poder usar os sentidos, imaginação, pensamento e razão de forma humana, com livre escolha;
- e) emoções: possibilidade de estabelecer vínculos com coisas e pessoas além de si;
- f) razão prática: possibilidade de formar uma concepção do bem e ter reflexões críticas sobre a vida;
- g) afiliação: possibilidade de viver com e para os outros, preocupar-se com outras pessoas e ter interações sociais, bem como ter respeito próprio e não sofrer humilhações;
- h) outras espécies: possibilidade de relação com outros animais, plantas e natureza;
- i) diversão: poder rir, brincar e aproveitar atividades recreativas;
- j) controle sobre o meio (político e material): possibilidade de participar em decisões políticas, liberdade de expressão, possibilidade de adquirir uma propriedade.

A lista em questão é vista por Nussbaum (2000) como uma facilidade e não como obrigações ou limites, dado que ela não vê problema em alguém não atingir algum aspecto da lista, desde que não impeça outros de buscarem-no. Em sua interpretação, a lista de capacidades pode ser considerada uma lista de oportunidades para funcionamentos.

Nussbaum (2000) menciona o papel da sorte na obtenção de tais funcionamentos, inferindo que o governo não tem o poder de controle, apenas pode promover uma base social

adequada, buscando eliminar desigualdades que muitas vezes se criam naturalmente, por condições pré-existentes. A utilização das capacidades como comparativo de bem-estar deve passar pelo estudo dos motivos que originam tais diferenças (NUSSBAUM, 2000).

Para Nussbaum (2000), os funcionamentos, e não apenas capacidades, são necessários para o bem-estar humano, mas ressalta que no âmbito de políticas públicas, o foco deve ser nas capacidades. Uma vez garantidas as capacidades, as pessoas devem ser livres para escolher o seu futuro. A autora atenta que o governo deve considerar os funcionamentos em suas medidas, mas não defende que as pessoas sejam forçadas necessariamente a realizá-los, e sim que sejam garantidos e os indivíduos tenham sua livre escolha respeitada. Inclusive, ela afirma que os funcionamentos não estão garantidos quando as metas do governo são compostas por eles, pois, nesse caso, as pessoas não seriam livres para escolher.

2.3 Crescimento pró-pobre

Na análise macroeconômica de um país, um fator de grande importância para o alívio da pobreza é a atenção ao âmbito social em seu processo de crescimento. Kakwani e Pernia (2000) ressaltam que o debate acerca do crescimento pró-pobre teve início por volta dos anos 1950, mas que ganhou maior força algumas décadas mais tarde, especialmente com a meta de desenvolvimento de redução da pobreza. Sobre o conceito, os autores apresentam a definição do Banco Asiático de Desenvolvimento “[...] growth is pro-poor when it is labor absorbing and accompanied by policies and programs that mitigate inequalities and facilitate income and employment generation for the poor, particularly women and other traditionally excluded groups.”⁶ (ADB, 1999⁷, p. 6 apud KAKWANI; PERNIA, 2000, p. 1)

Existem diferentes maneiras de entender o crescimento pró-pobre. Tochetto et al. (2004) apresentam como definição um crescimento que gera significativa redução da pobreza, trazendo benefícios e mais oportunidades para os pobres. “O crescimento econômico traduz-se em desenvolvimento humano quando ele é capaz de – através da ampliação da base de recursos em

⁶ “Crescimento é pró-pobre quando estimula o emprego e é acompanhado por políticas e programas que atenuam as desigualdades e facilitam a geração de renda e emprego para os pobres, particularmente para mulheres e outros grupos tradicionalmente excluídos.”, tradução nossa.

⁷ ADB, *Fighting poverty in Asia and the Pacific: the poverty reduction strategy*. Manila: Asian Development Bank, 1999.

determinada sociedade – melhorar a qualidade de vida de sua população.” (TOCHETTO et al., 2004, p. 1). Os autores consideram que o crescimento econômico com essa característica deve possibilitar que os pobres sejam ativos no âmbito socioeconômico, e tenham mais ganhos proporcionais que os não pobres, participando e usufruindo da evolução da economia.

A teoria de desenvolvimento *Trickle-down*⁸, dominante em meados do século XX, é lembrada por Kakwani e Pernia (2000). A mesma explicava os benefícios do crescimento econômico para a população através de um fluxo vertical, dos ricos para os pobres, o que implicava em um menor benefício aos pobres. Este processo induz à ideia de um aumento da pobreza, mas, conforme destacado por Tochetto et al. (2004), em função da diferença entre pobreza e desigualdade, tratada anteriormente, o crescimento econômico pode reduzir a pobreza absoluta e acentuar desigualdades. Kakwani e Pernia (2000) ressaltam, no entanto, que a pobreza também pode ser acentuada nessa situação, quando o impacto benéfico é menor que o aumento da desigualdade. Tochetto et al. (2004) atentam para a complexidade da relação entre crescimento econômico e a redução da pobreza, destacando a importância da qualidade do crescimento, além da quantidade, analisando seu efeito sobre a distribuição de renda. Mencionam, então, a necessidade de uma avaliação por parte da sociedade para determinar a melhor política para beneficiar ambos, se intensificação do crescimento ou políticas de desenvolvimento.

Kakwani e Pernia (2000) apresentam conclusões de estudos do Banco Mundial, que destacam que o crescimento econômico por si só já traz benefícios, aumentando a renda da população pobre, apesar de não alterar a desigualdade. Assim, poderia ser inferido que o crescimento não precisaria ter um caráter pró-pobre, bastaria maximizá-lo, ter a inflação controlada e adotar boas políticas fiscais. Contudo, os autores não consideram tais conclusões convincentes e pensam que medidas de renda, de desigualdade e de pobreza são particulares e não poderiam ser generalizadas dessa maneira.

Para Tochetto et al. (2004), houve uma evolução entre a primeira e a segunda geração dos economistas do desenvolvimento (denominação esta dada por Meier, em 2001), que passaram a considerar a alocação e distribuição dos recursos para o desenvolvimento humano, e deixar de analisar o bem-estar apenas a partir do crescimento econômico. O estudo da conversão de crescimento econômico em redução de pobreza e elevação de bem-estar social está vinculado a diversas condições, que os autores consideram “contexto-dependentes”. Eles as dividem em

⁸ Para mais, ver Kakwani e Pernia (2000).

alguns grupos, como aspecto espacial do crescimento, padrões setoriais de crescimento, grau de intensidade e uso dos fatores de produção, grau da desigualdade da renda e da pobreza, dimensões não-renda, padrão do gasto público, e impacto ambiental.

A respeito do aspecto espacial, os autores atentam para a necessidade de alinhamento entre o padrão regional de crescimento e os focos de pobreza, considerando a importante divisão entre campo, muitas vezes pobre, e um crescimento econômico industrial na cidade, por exemplo. O padrão setorial sinaliza os setores abertos para os pobres, destacando a eficácia de se investir em setores nos quais os pobres estejam atuando. Acerca dos fatores de produção, o ponto chave apontado pelos pesquisadores é que, na maioria dos casos, uma expansão do emprego não qualificado é o que tem maior impacto para os pobres. A desigualdade acentuada também surge como um limitante dos efeitos de redução da pobreza. As dimensões não-renda, como escolaridade ou gênero, são outros determinantes do impacto do crescimento no bem-estar, em função de proporcionar o usufruto das consequências positivas. O Governo tem grande influência na determinação dos gastos e na priorização redistributiva de renda. Como último aspecto destacado, as consequências ambientais também são importantes, em decorrência das possíveis externalidades negativas do processo de crescimento.

Tochetto et al. (2004) destacam ainda que são diversos os fatores que impactam na relação entre crescimento econômico e redução da pobreza além dos citados, como falhas nos mercados de crédito, de capitais ou de câmbio. Não seria possível controlar todos esses fatores, mas os autores os destacam como um indicativo para as políticas públicas visando à integração dos pobres, ao aumento de seu capital humano e bem-estar em uma sociedade mais inclusiva.

Os autores utilizam o argumento de Sen, que defende uma preocupação com os fins da atividade econômica e com a distribuição de recursos, e consideram o *trade-off* entre eficiência e equidade, buscando modos de aliar estes dois aspectos. Este *trade-off* não é ignorado por Kakwani e Pernia (2000), mas eles defendem que instituições competentes e políticas pró-pobre poderiam promover ambos. A eficiência de tais políticas sofre influência do tipo de pobreza, se é absoluta ou relativa, rural ou urbana, ou mesmo temporária ou crônica, além de ser necessário avaliar intensidade e incidência (TOCHETTO et al., 2004).

Políticas econômicas pró-pobre incluem, entre outras, gastos públicos focalizados e adequados com educação básica, saúde e serviços de planejamento familiar (WDR, 2004); acesso ao microcrédito; promoção de pequenas e médias empresas e investimentos em infraestrutura em áreas rurais ou em áreas de alta intensidade da

pobreza. Investimento em capital físico e humano para os pobres tem como efeito o aumento de sua produtividade e contribuição para a economia com melhora distributiva no longo prazo. Além disso, um aumento da liberdade econômica, incluindo uma provisão de direitos de propriedade para os pobres, contribui para o crescimento e para a redução da pobreza. (TOCHETTO et al., 2004, p. 5).

Além da adoção de políticas pró-pobre, Kakwani e Pernia (2000) destacam que para um crescimento ser pró-pobre, faz-se necessária a remoção de alguns estigmas em relação aos pobres, como serem mais afetados pela discriminação (por gênero, etnia ou religião), barreiras impostas a algumas profissões ou trocas comerciais, ou mesmo ingresso no mercado de trabalho formal. Políticas macro e microeconômicas também podem prejudicar os pobres, como taxa de câmbio valorizada, gasto público muito centrado em zonas urbanas, ou poder de monopólio. Quanto às políticas diretas para tal parcela da população, as principais, conforme os autores, são serviços de educação e saúde, acesso ao crédito, além de um sistema tributário progressivo. Kakwani e Pernia (2000) reforçam que a adoção de políticas pró-pobre e o fim de medidas que prejudiquem a distribuição de renda auxiliam a redução da pobreza, que é entendida por eles como uma melhora de bem-estar, principalmente para os pobres.

Como características do crescimento pró-pobre, Kakwani e Pernia (2000) ressaltam o aspecto da inclusão, possibilitando a participação ativa dos pobres na economia, e conseqüente benefício dela. A partir de tal medida, nenhum indivíduo deveria ser privado das capacitações básicas, como nutrição adequada e acesso a uma vida longa e satisfatória. A ausência de tais recursos faz com que o bem-estar dos pobres tenda a ser menor que o dos não pobres, e o processo natural do crescimento econômico pelo mercado muitas vezes beneficia menos os pobres que os outros, principalmente devido a vantagens herdadas pelos mais ricos, o que tende a manter essa diferença entre os níveis de bem-estar.

Kakwani e Pernia (2000) relacionam o crescimento pró-pobre a mudanças no bem-estar, de caráter multidimensional. Em decorrência, deveria abranger todas as capacitações, o que seria, muito provavelmente, impossível, criando a necessidade de selecionar as mais importantes para a qualidade de vida. Eles ressaltam, então, a importância de os governos buscarem minimizar a desigualdade a partir de estratégias que privilegiem os pobres, para que incidência de pobreza seja reduzida, e mais pessoas consigam suprir suas necessidades, com um melhor nível de vida.

A mensuração e a avaliação do crescimento pró-pobre, porém, podem ser bastante difíceis, como pontuado por Tochetto et al. (2004). A respeito de estudos empíricos existentes

sobre pobreza, os autores destacam que os mesmos ganharam importância no final do século XX, quando estatísticas de distribuição de renda começaram a ser disponibilizadas. Nesse mesmo período a relação entre crescimento e desigualdade passou a ser estudada.

Kakwani e Pernia (2000) expõem um estudo do Reino Unido que utiliza a diferença entre as mudanças que ocorreram efetivamente na pobreza e as mudanças que aconteceriam se todos tivessem sido beneficiados igualmente. A partir disso, foi observado que a redução da pobreza depende tanto da distribuição de renda, como do nível de crescimento econômico. Tochetto et al. (2004) apresentam a curva Crescimento-pobreza de Son (2004), que mede em que grau um crescimento é considerado pró-pobre ou empobrecedor. Tal trabalho analisa um aumento da renda média a partir de percentis da população, podendo ser proporcional a todos, apresentar um aumento para os indivíduos que estão acima da média, ou um aumento para aqueles que se enquadram nos percentis mais baixos – sendo o último caso o indicativo de um crescimento pró-pobre e conseqüente redução da desigualdade. Tochetto et al. (2004) mencionam outros estudos prévios, que buscam mensurar o crescimento pró-pobre através da elasticidade do crescimento econômico em relação à pobreza. Independente do método, os autores chamam a atenção para o fato de que tal fenômeno tende a variar em diferentes regiões de um mesmo país.

Kakwani e Pernia (2000) reconhecem as críticas que o crescimento pró-pobre pode receber, principalmente vinculado ao *trade-off* entre eficiência e equidade – tal iniciativa poderia gerar distorções na economia, o que acarretaria em ineficiência ou perda de crescimento, reduzindo o bem-estar social. Contudo, os autores ressaltam que diferentes políticas podem apresentar conseqüências semelhantes e que tal resultado negativo não é garantido, sendo dependente das políticas adotadas. Trata-se, então, da escolha de uma função de bem-estar social, privilegiando os mais pobres e favorecendo o aumento de equidade. A eficiência poderia ser aumentada concomitantemente através de correções de medidas antipobre e garantia de serviços de educação e saúde, aumentando a produtividade econômica.

2.4 Investimento em capital humano

Dentro do crescimento econômico, um aspecto fundamental a ser considerado, com especial relevância para estudos econômicos que evidenciam o aspecto social, é o investimento

em capital humano. Becker (2002) vale-se da denominação “*the Age of Human Capital*”⁹ para descrever o final do século XX e início do século XXI. Ele ressalta que um dos principais determinantes do padrão de vida atualmente é a maneira como um país utiliza as habilidades, conhecimentos e saúde de seus cidadãos, ressaltando que o investimento nas pessoas tem alto impacto nas condições econômicas. Na explicação do conceito, o autor faz referência ao conhecimento, informações, ideias, habilidades e saúde dos indivíduos, trazendo que recentemente o investimento do Estado em tais aspectos vem correspondendo a um significativo percentual do Produto Interno Bruto (PIB) – nos Estados Unidos, exemplo dado por ele, seria superior a 20%. O autor não desqualifica a importância de máquinas e equipamentos de boa qualidade, mas enfatiza o capital humano.

Para Becker (2002), é necessário um investimento considerável em capital humano para o sucesso econômico, bem como para a superação da pobreza. Ele reconhece uma relação próxima entre o desempenho econômico e medidas de capital humano, como escolaridade e expectativa de vida. Assim, o autor defende a necessidade de investimento na educação e maior busca de conhecimento ao longo da vida, destacando a maior demanda por trabalhadores qualificados e a diferença existente entre os salários em função disso. Dessa forma, um avanço nesses aspectos poderia auxiliar na superação da pobreza.

A superação da pobreza é um ponto fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, buscando maior igualdade e melhores condições de vida para a população. Com o intuito de atingir este objetivo, é necessária uma compreensão de tal realidade e mudanças em diversas áreas. Como foco de preocupação, a atenção às crianças é fundamental, na tentativa de reverter este quadro, buscando romper a perpetuação desse cenário.

⁹ “A idade do capital humano”, tradução nossa.

3 A POBREZA INFANTIL

Nussbaum (2000) considera que, para os adultos terem as capacidades indicadas em sua lista, as crianças devem ter certos funcionamentos garantidos, pois alguns funcionamentos fundamentais na infância são necessários para assegurar capacidades na vida adulta, como acesso à educação, à saúde, garantia de bem-estar emocional, entre outros. Dessa forma, mostra-se válida uma avaliação da pobreza infantil como um fenômeno distinto, considerando as dificuldades e privações daqueles que já nascem e crescem inseridos nessa realidade. Em tais casos, as privações tendem a se manter.

3.1 A experiência da pobreza para as crianças

A compreensão do caráter multidimensional da pobreza evidencia a existência de inúmeros outros fatores a serem considerados na análise desse fenômeno além da renda. Dentro dessa realidade, é possível perceber que não apenas aqueles indivíduos inseridos no mercado de trabalho ou recebendo recursos financeiros provenientes de outras fontes devem ser considerados em tal estudo. As crianças são um grupo severamente afetado pela pobreza, sofrendo as consequências dessa realidade antes mesmo de seu nascimento.

Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007) apontam inclusive que a infância é especialmente prejudicada, dentre todos os grupos e categorias sociais excluídas, tanto pelo relativo esquecimento frente às políticas públicas, como pela falta de participação na sociedade. Os autores destacam a existência de uma restrição imposta às crianças frente ao convívio social, vida comunitária e política, culminando em uma exclusão das esferas sociais de influência e em uma limitação a um determinado nicho social, o que as priva de alguns de seus direitos básicos.

A UNICEF (2000, 2005) também considera a pobreza um fenômeno multidimensional e defende a importância de controlá-la na infância, visto que uma criança criada em meio à pobreza tem suas capacitações necessárias vetadas, bloqueando seu desenvolvimento e, algumas vezes, até sua sobrevivência. Em função de o início da vida ser determinante em diversos aspectos, a instituição reforça a vulnerabilidade de crianças que já nascem em lares pobres, tendo consequências muitas vezes preocupantes para seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional.

A pobreza funciona como um limitador da capacidade da família e da sociedade de cuidar das crianças, o que incentiva a perpetuação dessa condição através das gerações, além do fato de que a pobreza, quando iniciada na infância, costuma ser crônica, perdurando por toda a vida. Raramente uma criança consegue superar a falta de capacitações de sua infância e se desenvolver (UNICEF, 2000, 2005). Para romper esse círculo vicioso, a fundação reforça a necessidade do investimento nas crianças, através do acesso a bens e serviços essenciais, bem como oportunidade de participar da sociedade.

A UNICEF (2005) vale-se da definição da ONU para a pobreza como

[...] a human condition, characterized by the sustained or chronic deprivation of the resources, capabilities, choices, security and power necessary for the enjoyment of an adequate standard of living and other civil, cultural, economic, political and social rights.¹⁰ (UNICEF, 2005, p. 16)

e destaca a importância de diferenciar a pobreza, como um fenômeno geral, da pobreza infantil, apresentando como definição para a segunda

Children living in poverty experience deprivation of the material, spiritual and emotional resources needed to survive, develop and thrive, leaving them unable to enjoy their rights, achieve their full potential or participate as full and equal members of society.¹¹ (UNICEF, 2005, p. 18)

trazendo dessa forma a atenção para o fato de que, diversas vezes, as crianças são mais severamente atingidas pela pobreza, já que a pobreza nos primeiros anos causa impactos para a vida inteira, limitando possibilidades para o futuro.

Huston et al. (1991) atentam para a interação dos fatores de risco, destacando que além das graves consequências futuras das privações, as mesmas se inter-relacionam. Ou seja, crianças que já nascem como fruto de uma gestação não saudável ou indesejada, por exemplo, partem de um patamar que pode ser considerado inferior e têm maior tendência a seguir enfrentando diversas dificuldades em seu desenvolvimento. A falta de acesso à educação acarreta em menos informações e limitação na busca de auxílio médico, entre inúmeras outras privações. Considerando consequências de problemas originados antes mesmo do nascimento, os autores

¹⁰ “Uma condição humana, caracterizada pela privação sustentada ou crônica de recursos, capacitações, escolhas, segurança e poder necessários para o aproveitamento de um padrão de vida adequado e outros direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais”, tradução nossa.

¹¹ “As crianças que vivem na pobreza convivem com privações de recursos materiais, espirituais e emocionais necessários para a sobrevivência, desenvolvimento e prosperidade, deixando-as incapazes de aproveitar seus direitos, atingir seu potencial pleno ou participar como membros plenos e iguais na sociedade.”, tradução nossa.

citam elevadas taxas de mortalidade infantil, piores condições de saúde ao nascer, ausência de cuidados pré-natais, má nutrição e problemas de saúde das mães. Durante a infância, o risco de doenças agudas e infecciosas também se torna mais alto, gerando condições de saúde precárias, que causam impactos em um acesso escolar já deficiente e reduzido.

As discrepâncias de condições de vida, bem como a pobreza, sempre foram presentes na história. Campos e Campos (2008), porém, destacam as reformas estruturais ocorridas no final do século XX como geradoras de uma ampliação das desigualdades sociais. Dupas (1998) aponta que, a partir da década de 1980, a globalização vem ganhando força, com uma grande integração internacional e avanços tecnológicos, levando a uma concentração de grandes empresas e queda do emprego formal, realidade que reforça a desigualdade e a exclusão social. O autor lembra ainda que os centros estratégicos costumam ser instalados nos países desenvolvidos, enquanto o processo produtivo é feito em países menos avançados, buscando matérias-primas e mão de obra baratas. Tais mudanças impactam no mercado de trabalho e, como em muitos países o Estado não consegue suprir as necessidades essenciais dos indivíduos, a falta de empregos formais é um fator crítico, que acaba por aumentar o desemprego e o subemprego, elevando o número de pobres (DUPAS, 1998).

Nessa “nova” lógica econômica, Campos e Campos (2008) consideram que a importância da educação infantil torna-se ainda mais evidente. A igualdade de oportunidades educacionais, por exemplo, traz consequências positivas para os indivíduos, através de benefícios sociais e econômicos, possibilitando um rompimento do círculo vicioso da pobreza.

Rizzini (2004) também percebe a acentuação das desigualdades decorrente do processo de globalização, mas, por outro lado, salienta as consequências positivas do fenômeno. Para as crianças, a autora identifica como principais impactos a melhora dos sistemas de saúde e educação, e, como contraste, a piora de indicadores e oportunidades em algumas regiões. Outro ponto levantado por ela é o maior acesso à mídia decorrente desse processo, que expande a compreensão do mundo por parte das crianças, ajudando, através da informação, a defesa de seus direitos.

Acerca dos efeitos estruturais consequentes da mudança econômica do último século, Huston et al. (1991) destacam como um propulsor para o aumento de pobreza nos Estados Unidos no período. A substituição de empregos no setor industrial pelo setor de serviços, culminando em salários mais baixos e menos benefícios, teve grande efeito no panorama

americano. Outro fator considerado na análise das mudanças na realidade da pobreza na década de 1980 no país é a redução de programas assistencialistas do governo, indicando que a queda de benefícios promovidos pelo Estado gerou um impacto significativo na vida da população.

Com o passar do tempo, progressos sociais e proteção das crianças vêm garantindo significativa melhoria das condições de vida de grande parte das crianças, realidade que pode ser verificada através da evolução de indicadores como mortalidade infantil, redução do trabalho infantil, maior acesso à informação e acesso a bens de primeira necessidade. Contudo, apesar dos dados agregados indicarem um progresso substancial, a evolução não pode ser considerada universal, nem percebida por todas as crianças (SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007).

Amartya Sen (1999) compreende que diversos estudos sobre pobreza utilizam como base grandes agregados, no entanto, atenta para o fato de se tratar de um tema para o qual as distinções dentro de uma mesma sociedade e percepções empíricas têm grande importância. O autor salienta que a análise das partes antes de avaliar o conjunto é de grande importância, razão pela qual a utilização de medidas agregadas para representar um assunto tão complexo pode não explicar bem a realidade.

Gordon et al. (2005) reconhecem, dada a escala e natureza multidimensional da pobreza infantil, a necessidade de priorizar a mesma para a erradicação do fenômeno da pobreza. Campos e Campos (2008) também ressaltam a importância de um investimento nos primeiros anos de idade dos indivíduos para que tenham melhores condições no começo de suas vidas. Desses, os principais investimentos diretos a serem feitos para elevar o bem-estar das crianças são na saúde e na educação, além de uma melhoria na renda familiar (RIZZINI, 2004).

Apesar de as crianças não serem diretamente vinculadas aos rendimentos, a renda tem um importante papel na infância através da transmissão intergeracional de renda. Jenkins e Schluter (2002) e Cursworth (2006) consideram duas hipóteses sobre tal fator. A “teoria do investimento”¹², que afirma que a renda tem efeito direto no desenvolvimento da criança, baseando-se no fato de que os pais investem seu tempo e seu dinheiro em seus filhos, sendo estes os principais determinantes da educação, saúde e outros fatores fundamentais e, por outro lado, a “teoria do bom pai”¹³ que considera que o efeito da renda na infância se dá de forma indireta. Sendo assim, a baixa renda geraria um aumento de estresse nos pais e, a partir disto, causaria

¹² “Investment theory” no texto original.

¹³ “Good parent theory” no texto original.

problemas no desenvolvimento da criança, tanto em aspectos sociais, como cognitivos, prejudicando seu futuro. Outro ponto tratado pela segunda teoria é a possibilidade de disfunções de valores e comportamentos, devido aos baixos rendimentos. Os autores destacam, porém, que muitas vezes o efeito da renda é limitado, e apresentam uma preocupação com investimentos nas capacitações fundamentais, em especial a educação, almejando uma igualdade de oportunidades.

Ao analisar a situação socioeconômica dos indivíduos, percebe-se que a realidade dos pais tende a ser replicada para os filhos, razão pela qual Bird (2007) aponta a ocupação dos pais como um bom indicador *proxy*¹⁴ para a classe social dos filhos. Dessa forma, existe uma tendência à desigualdade. No caso da pobreza, a autora considera que sua transferência intergeracional não se dá como um “pacote”, mas sim através de diversos fatores que afetam as oportunidades e capacitações das crianças na infância e na vida adulta.

Bird (2007) vale-se de trabalhos de diversos autores para apresentar diferentes teorias que buscam explicar o mecanismo de transmissão intergeracional da pobreza, considerando diferentes aspectos como determinantes nesse processo. Alguns acreditam que ocorre em decorrência das dificuldades econômicas dos pais, pois tais limitações implicam em menos recursos financeiros, tempo e energia para dedicar às crianças, o chamado modelo dos recursos econômicos¹⁵. Outros concordam com o modelo da estrutura familiar¹⁶ e defendem que tal célula exerce maior influência, em função de fatores como gravidez na adolescência ou famílias monoparentais. Já o modelo das desvantagens correlacionadas¹⁷ destaca a relação entre a baixa renda e outras dificuldades socioeconômicas, como baixa escolaridade, prejudicando o desenvolvimento da criança. O modelo da cultura do bem-estar¹⁸, por sua vez, encara o sistema de bem-estar social como criador de dependência, prejudicando valores e atitudes dos pais e, conseqüentemente, dos filhos. O último modelo apresentado pela autora é o do isolamento social¹⁹, que pondera que o ambiente no qual a pessoa está inserida, um bairro pobre, por exemplo, determina suas interações sociais e limita suas possibilidades. Apesar de a autora reconhecer alguma influência do local de moradia, acredita que outros fatores tenham maior relevância.

¹⁴ Indicador de substituição, que se aproxima ao que se está buscando.

¹⁵ *Economic resource model* no texto original.

¹⁶ *Family structure model* no texto original.

¹⁷ *Correlated disadvantages model* no texto original.

¹⁸ *Welfare culture mode* no texto original.

¹⁹ *Social isolation mode* no texto original.

Como aspectos que influenciam a transmissão intergeracional de pobreza, Bird (2007) considera pontos relacionados à família/casa e a outros fatores externos. No primeiro grupo vale destacar composição da família, cuidado precoce com as crianças, saúde, nutrição, educação, características dos pais, renda, vulnerabilidade ao risco e resiliência. Dentre os fatores externos, são destacados a situação econômica, o ambiente político e as relações sociais²⁰. Como importantes medidas para evitar a transmissão de pobreza entre pais e filhos, e consequente círculo vicioso, a autora destaca a criação de empregos e promoção do crescimento pró-pobre.

Como já colocado, o investimento nas crianças também é fundamental para a erradicação da pobreza, argumento amplamente defendido por Sen. Na *Conferencia Magistral del Banco Interamericano de Desarrollo*²¹, no ano de 1999, o economista destacou a necessidade de investir na infância, bem como fazê-lo de uma forma conceitualmente adequada com a finalidade de promover o desenvolvimento. Um dos grandes motivos de tal consideração é o fato de a relação entre a infância e idade adulta ser direta e integral.

Sen (1999) explica, então, que a importância do investimento na infância se dá não somente pela defesa da qualidade de vida quando se é criança, mas também pelo grande impacto que tal medida exerce na vida adulta – as aptidões e capacidades que os adultos possuem são diretamente relacionadas às suas experiências na infância. O acadêmico complementa suas ideias com as palavras do presidente do *Banco Interamericano de Desarrollo*, Enrique Iglesias, destacando que tais investimentos proporcionam um futuro mais saudável, com melhor desempenho físico e mental, maior produtividade e aumento das capacitações, além de auxiliar na prevenção de problemas econômicos e sociais futuros, relacionados a deficiências na infância. Dessa forma, os investimentos nas crianças elevam sua capacidade de auferir renda quando adultos, impactando positivamente sua produtividade econômica, o que, por sua vez, vem a influenciar a vida de seus dependentes, modificando o mecanismo de transmissão (SEN, 1999).

Dentro da questão da infância, Cunha e Heckman (2010) defendem a divisão do período em diferentes estágios, já que a vivência para o indivíduo não é a mesma durante dito período. Os autores citam que a literatura do desenvolvimento infantil já reconhece tais divisões, mas a economia ainda deveria evoluir neste aspecto. Posto isso, os pesquisadores exploram que o investimento nas crianças tem maior retorno quando realizado no início na infância. Eles

²⁰ Para mais informações, consultar tabela do anexo A.

²¹ Conferência Magistral do Banco Interamericano de Desenvolvimento, tradução nossa.

destacam ainda a importância das habilidades cognitivas, que são determinantes de salários, escolaridade e vários outros fatores do sucesso, bem como das habilidades não cognitivas, como perseverança, autoestima, aversão ao risco, entre outros, que também exercem papéis fundamentais nos quesitos sociais e econômicos, influenciando a vida adulta.

Huston et al. (1991) defendem a necessidade de atenção à infância, também citando que a base de diversas características, tanto cognitivas como comportamentais, são fundamentadas nessa etapa. Os autores reforçam a educação, a saúde e a formação das características comportamentais como tendo relação direta com a constituição de um adulto saudável e produtivo. Para tal, mostra-se necessário um cuidado especial com as crianças e uma intervenção precoce, auxiliando os indivíduos desde cedo.

O assunto da pobreza infantil é tema de debate e pesquisa de diversos organismos internacionais, que defendem os direitos e liberdades das crianças, como a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, UNICEF, as organizações *Defence for Children International* e *Save the Children* e mesmo institutos de pesquisas, como a *Childwatch International*. Rizzini (2004) aponta como principal importância de tais organizações a publicação de dados e relatórios retratando a realidade dos países, muitas vezes omitidas pelos mesmos. No Brasil, existe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como um artigo na Constituição Federal de 1988 defendendo os menores.

Dentre as maiores organizações e fundações internacionais, vale referir algumas considerações da UNICEF (2014), que compreende a pobreza como fenômeno multidimensional e ressalta a importância do foco na infância, destacando a necessidade de iniciativas governamentais. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2014) também realiza diversos estudos buscando entender como melhorar a qualidade de vida da população, a fim de reduzir a pobreza. A educação é o mecanismo mais ressaltado pela organização como um meio para a ruptura dessa realidade, expondo a importância de um investimento na infância. O Banco Mundial (2014) também possui pesquisas e trabalhos com um enfoque na pobreza, estudando a realidade nos diferentes países e grupos de países, com o intuito de melhor compreender o fenômeno e mensurá-lo, a fim de auxiliar em sua erradicação.

Além de tais instituições, no ano de 2000 foi realizado o *Millenium Summit*²² em Nova Iorque, uma reunião com líderes de diversos países objetivando definir o papel da ONU para o século XXI. Foram estabelecidos valores, princípios e objetivos e, a partir disso, originados os *Millenium Development Goals*²³, apontando a pobreza como um tema de extrema importância. As metas definidas para o desenvolvimento foram erradicar a pobreza extrema e fome, universalizar o acesso à educação infantil, promover igualdade entre gêneros, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde na maternidade, combater AIDS/HIV, malária e outras doenças, garantir sustentabilidade ambiental, e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (tradução nossa).

Dez anos mais cedo, em 1990, foi organizado outro evento pela ONU, o *World Summit for Children*²⁴, que tratou da sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças. O encontro buscou estipular metas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das crianças, considerando pontos como mortalidade, educação, nutrição, saúde, acesso à água, saneamento e proteção contra abusos e exploração. Dessa forma, um dos objetivos principais era guiar os governos, organizações internacionais, organizações não governamentais (ONGs) e outras instituições na formulação de suas iniciativas, defendendo o desenvolvimento das crianças. O encontro ressaltou a inocência das crianças frente aos problemas que enfrentam, trazendo a importância de tais eventos e medidas efetivas de defesa. A necessidade da promoção de um crescimento econômico sustentável também foi enaltecida.

Tais discussões e iniciativas reforçam a preocupação internacional com a erradicação da pobreza e, conseqüentemente, da pobreza infantil, visto que é amplamente discutido que a erradicação da pobreza deve iniciar pela infância. A UNICEF (2000) realiza diversos estudos a respeito da realidade das crianças e argumenta veementemente a favor dessa interpretação, em função de os impactos da pobreza nas crianças serem muito severos, causando danos por toda a vida e se repetindo através do mecanismo de transmissão intergeracional. A fundação ainda defende que, com o investimento certo, a pobreza infantil poderia ser erradicada em menos de uma geração, promovendo melhor qualidade de vida – acesso à educação, saúde, saneamento, entre outros. Argumenta que temos o conhecimento necessário para reverter essa situação.

²² Cúpula do milênio

²³ Objetivos de desenvolvimento do milênio

²⁴ Cúpula mundial pela criança

Huston et al. (1991) consideram um principal ponto que impede o devido auxílio ao combate da pobreza: custo. Os autores afirmam ser um desafio para os governos conseguir contar com os profissionais necessários, acompanhar uma mensuração adequada de pobreza e sua evolução, mas destacam a significativa dificuldade de conseguir angariar os recursos requeridos para políticas públicas de qualidade que visem combater a pobreza, passando pelas capacitações essenciais.

A UNICEF (2000) defende que a redução da pobreza deve ser trabalhada a partir das capacitações humanas, com foco nos principais aspectos para sair de tal condição. São destacados pela instituição a educação, a saúde e a nutrição, a água e o saneamento, o trabalho infantil e a desigualdade entre gêneros.

A fundação lembra ainda que, além de promover os direitos humanos, tais investimentos impactam positivamente no desenvolvimento e crescimento econômicos. Sen (1993, 1999), a partir de seu entendimento da pobreza como implicações diversas, muito além de baixos salários, defende que na busca de soluções para a erradicação da pobreza e melhora da qualidade de vida “El cuidado de la salud, la educación pública, el garantizar el derecho a la alimentación, y otras medidas que ayuden a poner fin al ciclo de este empobrecimiento básico deben tener un lugar central [...]”²⁵ (SEN, 1999, p. 4), visto que sua ausência impede os indivíduos a viverem como queiram, limitando suas liberdades desde a infância.

3.2 Efeitos da pobreza na infância a partir de capacitações essenciais

A pobreza, como visto anteriormente, impacta em diversos aspectos a vida das pessoas, criando privações e estabelecendo limites de capacitações, aptidões e oportunidades. Na infância, os indivíduos não possuem rendimentos monetários (não levando em conta o trabalho infantil ou outras formas de exploração), mas nem por isso passam ilesas pelo processo. Pelo contrário.

Para analisar a pobreza infantil, são levantadas as principais capacitações necessárias na infância, trabalhadas através da superação da privação de liberdades fundamentais estudadas pela literatura. Iniciando as considerações pelo princípio mais elementar, a vida, é necessário abordar a mortalidade infantil. Sen (1999) aponta a redução de tal condição como imprescindível para o

²⁵ “O cuidado com a saúde, educação pública, a garantia de direito à alimentação e outras medidas que ajudem a colocar fim ao ciclo de empobrecimento básico devem ter um lugar central”, tradução nossa.

desenvolvimento. O autor percebe que as taxas elevadas de mortalidade infantil estão diretamente ligadas à falta de investimentos públicos, valendo destacar a nutrição, vacinação e saúde em geral. Além das políticas nacionais, o apoio de organizações internacionais, como as citadas anteriormente, tem grande impacto positivo (SEN, 1999). Garantida a sobrevivência das crianças, é essencial promover acesso a bens e serviços adequados e bem-estar. Para tal, defende programas de desenvolvimento da infância que apoiem a educação, segurança e saúde, entre outras iniciativas.

Sobre a política econômica, Sen (1993) ressalta que grande parte dos países que foram capazes de reduzir seus índices de mortalidade infantil no período entre as décadas de 60 e 80 do século passado tiveram um crescimento econômico significativo. A maior dificuldade dos países em desenvolvimento está nos recursos limitados para investimento em saúde e educação, mas, como contraponto, surge o menor custo relativo, já que são fatores intensivos em serviço²⁶. A priorização desses serviços (educação, saúde, nutrição, entre outros), aliado a um custo mais baixo, pode reverter situações críticas em determinados países, melhorando índices como mortalidade, expectativa de vida e alfabetização. Apesar das exceções, é inegável que a solidez econômica favorece as condições de vida (SEN, 1993). O autor pontua que o crescimento econômico aumenta a capacidade do governo de fornecer serviços à sua população, mas, além de não precisar enriquecer para combater tais problemas, muitas vezes, mesmo com uma melhora da situação econômica, os recursos não são priorizados para este fim.

Dentro da visão de investimento do governo em serviços públicos, cabe apresentar a compreensão de *welfare state*, comumente tratado como Estado de bem-estar social, que contempla a responsabilidade do mesmo na garantia do bem-estar básico e da satisfação das necessidades mínimas dos indivíduos (ESPING-ANDERSEN, 1991), englobando transferências monetárias e de serviços (KERSTENETZKY, 2011). Esping-Andersen (1991) defende que, nesse caso, a maior parte das atividades do Estado deve ser voltada às necessidades das famílias, mas considera que existem diferentes tipos de iniciativas, podendo abranger apenas grupos sociais marginais, ou toda população, sendo universalista. Ele considera que um dos principais reflexos seria a garantia dos direitos sociais com base na cidadania, e a possibilidade de promoção de uma sociedade mais igualitária.

²⁶ Têm o serviço como principal fator de produção.

Kerstenetzky (2011) ressalta que alguns estudiosos apontam consequências negativas de tais políticas, como considerá-la um fardo público, impeditiva do crescimento e desenvolvimento econômico, ou possível incentivadora do ócio para os pobres. Frente a isso, a autora faz considerações acerca da “redistribuição eficiente”, que entende a provisão de serviços sociais por parte do Estado como promotora de eficiência, crescimento e desenvolvimento, através de uma participação mais igual nos mercados, por exemplo. Nesse aspecto, torna-se importante e benéfica a interação positiva entre políticas econômicas e políticas sociais, promovendo investimento precoce na capacidade produtiva, emprego público nos serviços sociais, elevação do consumo agregado, entre outros.

Para combater os efeitos das desigualdades na infância, Cunha e Heckman (2010) pontuam que a existência de uma política universal não seria adequada, em função das diferenças nos resultados alcançados com as intervenções em cada idade. Além disso, reforçam a importância do investimento na infância, defendendo que “Government policies to promote early accumulation of human capital should be targeted to the children of poor families.”²⁷ (CUNHA; HECKMAN, 2010, p. 14).

Sarmento, Fernandes e Tomás (2007) retratam as crianças como o principal grupo excluído de direitos políticos, não pela ausência de ação política, visto que os autores reforçam que a participação não está necessariamente ligada ao voto, mas sim nas formas não eleitorais. Para eles, as crianças acabam por sofrer de uma “invisibilidade na cena pública”. O principal ponto de atenção a respeito da atual relevância da infância no cenário político está ligado à falta de consideração dos impactos de políticas e medidas sociais sobre diferentes gerações.

Nussbaum (2000) destaca a importância da atenção às crianças, mencionando a complexidade de sua criação e a necessidade de proteção de suas capacidades por parte do Estado, considerando que são os futuros cidadãos. Ela aponta que o Estado deve levar em conta os interesses das crianças e tratá-las de uma maneira diferente, em função do direito dos pais sobre os filhos e da dificuldade de perceber a real escolha da criança devido à dependência econômica que tem de seus responsáveis.

Huston et al. (1991) analisam a pobreza a partir de uma abordagem centrada na criança, e versam sobre políticas norte-americanas que consideram essa parcela da população na elaboração

²⁷ “Políticas governamentais para promover acumulação precoce de capital humano deveriam ser focadas em crianças de famílias pobres”, tradução nossa.

de políticas públicas para combater a pobreza, mas, conforme os autores, tomam como parâmetro os pais, sendo o impacto nas crianças uma mera consequência, não avaliando seus reais interesses. Eles ainda questionam o real efeito das políticas usuais, organizadas a partir da distribuição de renda, no aumento da qualidade de vida das crianças, em função dos inúmeros fatores fundamentais para o desenvolvimento infantil, como nutrição, relação com os pais, acesso à escola, segurança e saúde.

Como exemplo brasileiro, Porsse et al. (2012) fazem uma avaliação do Programa Primeira Infância Melhor, voltado a famílias e crianças, a partir da Abordagem das Capacitações. A iniciativa abrange a multidimensionalidade da pobreza, e tem como principal foco o desenvolvimento pleno das capacidades humanas das crianças, a partir da saúde, educação, assistência social e cultura. As autoras afirmam que foram conquistados avanços nessas áreas, incentivando a superação da pobreza na infância, valorizando ainda parcerias entre diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal), bem como ONGs. Além do apoio por parte do Estado, Porsse et al. (2012) concordam com Almeida et al. (2006) sobre a valorização e importância da participação de voluntários ou orientadores, por estimular os potenciais das crianças, além de trabalhar pontos como higiene e saúde, e incentivar vínculos afetivos. O Programa conta com orientação das famílias para o desenvolvimento infantil e, apesar de essa iniciativa ainda ser pequena frente à severa realidade do Brasil, é considerado por eles um exemplo de programa que considera as reais necessidades das crianças.

Becker (2002) considera que se deve investir na formulação de boas políticas públicas, defendendo a distribuição de recursos a famílias pobres em troca do cumprimento de três quesitos: a frequência escolar das crianças, bons resultados na escola e cuidados com a saúde, citando como exemplos de países que praticam tal ideia o Brasil e o México. O autor considera que, ao se tratar de educação, tanto a família como o governo têm grande importância. Apesar da possível preocupação da família com a educação e bem-estar das crianças, ele afirma que a pobreza faz com que a mesma tenha de alocar seus recursos de uma maneira diferente, tirando os filhos da escola e fazendo-os trabalhar, por exemplo. Então, a partir da política acima citada, o governo fornece um incentivo para que as crianças voltem à escola e tenham maior cuidado com a saúde.

Dentre os focos que merecem atenção e investimento para o desenvolvimento na infância, um dos principais é a educação, por seu impacto determinante no futuro. O investimento na

escolaridade infantil tem grandes consequências e deve ser realizado desde os primeiros anos de vida. “On average, the later remediation is given to a disadvantaged child, the less effective it is.”²⁸ (CUNHA; HECKMAN, 2010, p. 4) – argumento reforçado por estudos de Hopkins e Bracht (1975) apresentados pelos autores, que indicam que o quociente de inteligência (QI) de uma pessoa se estabiliza aos 10 anos de idade. Dessa forma, os retornos dos investimentos feitos a partir de tal idade seriam menores, implicando em maior custo. Os autores ressaltam os altos retornos econômicos do investimento precoce em crianças, e também a necessidade de um acompanhamento, um seguimento dessa medida para que os impactos positivos não sejam reduzidos.

A UNICEF (2000) também entende educação com um fator chave para a redução da pobreza. Além da quantidade e importância da promoção do acesso, a instituição reconhece o problema da qualidade, considerando dados como o alto índice de evasão escolar e a baixa qualidade de escolas e professores em determinadas localidades. A educação é vista pela fundação como uma das principais maneiras de prevenir a transmissão intergeracional da pobreza e, mais, considerada por Porsse et al. (2012), como provedora de perspectivas para o futuro, além de ferramenta para a redução da violência. A educação surge como impulsionadora de transformações.

Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007) apontam a escola como principal instituição na infância, exercendo papel fundamental na formação individual. Um de seus objetivos centrais consiste, de acordo com os autores, na preparação da criança para a cidadania, ensinando seus direitos e capacitando-a para a vida em sociedade, além de conscientizá-la sobre a igualdade de oportunidades e buscar alcançá-la. O papel da escola se torna mais forte e positivo com a atuação próxima a realidade das famílias das crianças, potencializando os ensinamentos. Dessa forma, a escola é apresentada por eles como um caminho possível para a promoção dos direitos das crianças, guiando os “cidadãos do futuro” à cidadania, ou, se não exercer tal papel, torna-se responsável pela perpetuidade de uma limitação de oportunidades.

Dentro do fator educação, surge uma distinção da importância do ensino para as meninas (UNICEF, 2000). Isso acontece em função de que a mesma auxilia nas decisões futuras da vida, reduzindo a gravidez na adolescência, aumentando a procura de auxílio médico para mães e

²⁸ “Em média, quanto mais tarde assistência é dada a uma criança desfavorecida, menos efetiva ela é”, tradução nossa.

bebês, incentivando a nutrição e a educação de seus filhos, o que pode ter impactos especialmente fortes no combate ao círculo vicioso da pobreza. Outro argumento apresentado pela fundação é que a pobreza costuma ser mais severa entre os indivíduos do sexo feminino, crianças ou adultos – em geral as meninas têm menor acesso a serviços sociais, como educação e saúde. As razões, porém, não são explícitas, sendo considerados motivos como estereótipos, discriminação, responsabilidade por tarefas domésticas. Sen (2000) também reconhece a diferenciação negativa do tratamento dos indivíduos do sexo feminino e aponta a educação das mulheres como meio de melhorar as condições de vida das crianças, incluindo redução das taxas de mortalidade. Como uma das razões para tal, o autor defende a preocupação das mães com o bem-estar dos filhos e considera que, com maior espaço na sociedade, poderiam influenciar a família para priorizá-lo.

É evidente que o acesso à educação é fundamental. Campos e Campos (2008) destacam, porém, a insuficiência dessa medida isolada para reverter o quadro de pobreza. Elas defendem a necessidade de prover condições dignas de vida a todos, buscando igualdade de oportunidades e promoção dos direitos básicos. A educação é entendida, então, como uma “oportunidade” que deve ser concedida a todos desde os primeiros anos, pois, juntamente a outros direitos fundamentais, como saúde, poderia criar oportunidades reais de desenvolvimento. Goldmeier (2012), por sua vez, acredita que a educação é um meio para os indivíduos desenvolverem as demais capacitações. Além disso, considera que a mesma traz uma possibilidade de desenvolvimento econômico, através da relação direta com o aumento de produtividade e, desta forma, com a expansão da economia. Seguindo a linha de Sen, o autor sugere que uma proteção aos menos favorecidos poderia vir do estímulo à produtividade – crescimento econômico – e redistribuição.

A educação infantil é, então, um dos pontos mais importantes para o desenvolvimento das crianças. Como consequências diretas do investimento nesse aspecto, a UNICEF (2000) reconhece o aumento da capacidade produtiva, promovendo melhores trabalhos no futuro, além da influência positiva em outras capacitações fundamentais, como cuidados com a saúde e convívio social, reduzindo discriminação e exploração. Porsse et al. (2012) também citam tais relações, acrescentando ainda melhores condições de nutrição e higiene, pais com maior conhecimento sobre como cuidar dos filhos e a consciência da importância de vínculos afetivos.

A saúde e a nutrição são destacadas como fundamentais para a sobrevivência das crianças (UNICEF, 2000) e objetivos importantes de ações públicas. Doenças epidêmicas são

consideradas um agravante da pobreza, já que com um menor nível de informações e baixo acesso a tratamentos médicos, são mais severas entre os pobres, e isso limita fortemente suas possibilidades e liberdades. É importante pontuar que a relação ocorre nas duas direções, pois piores condições de saúde, por sua vez, podem reduzir rendimentos, já que diminuem a capacidade produtiva de um indivíduo, impactando nas condições de moradia, nutrição, entre outros (REIS; CRESPO, 2009). No caso das crianças, é relevante mencionar que além dos problemas de saúde que incidem diretamente sobre elas, as doenças dos pais também possuem consequências sobre os filhos, seja através da carência de cuidados, da ausência de mantimentos, da diminuição da renda, ou até, em último caso, da perda dos pais, levando-os à condição de órfãos, em função da falta de acesso a um tratamento adequado que a pobreza muitas vezes condiciona.

Reis e Crespo (2009) ressaltam que as condições precárias de moradia e nutrição de grande parte dos indivíduos pobres aumentam a propensão a doenças, que são agravadas pelos escassos cuidados médicos. Bird (2007) afirma que a nutrição adequada é um fator determinante para as pessoas desde antes de seu nascimento, pois crianças que foram mal nutridas em sua gestação tendem a ter limitações cognitivas e sistemas imunológicos deficientes.

Dentre os fatores importantes que impactam negativamente as condições de saúde, é importante mencionar o acesso à água e saneamento, já que sua falta acarreta em problemas de higiene, infecções e outras doenças, ocasionando ainda hoje, de acordo com a UNICEF (2000), a morte de muitas crianças. Acerca desse aspecto, a fundação destaca o desafio que é enfrentado na tentativa de estabelecer parâmetros e comparações entre os países (o acesso à água é normalmente mensurado pela qualidade e distância) em função das diferentes definições do que seria água adequada.

O estudo da fome é também importante para a compreensão do desenvolvimento infantil, pois a falta de uma boa nutrição ou, mais severamente, de alimentos é uma grande barreira para o futuro dos indivíduos. Com o intuito de compreender a problemática da fome, Sen (1993) sugere a análise dos meios através dos quais os alimentos são adquiridos e distribuídos. A falta de acesso a alimentos decorre de diversos fatores econômicos, como desemprego, redução do poder de compra, mudança nos termos de troca referentes a alimentos comprados e bens e serviços vendidos, necessitando medidas por parte dos governos.

“A fome é totalmente evitável quando o governo se sente incentivado a agir a tempo.” (SEN, 1993, p. 4). Sobre o sistema político, o autor também defende que um regime democrático, acompanhado de uma imprensa livre, incita uma medida em tempo hábil por parte do poder público – independentemente de se tratar de uma economia pobre ou rica. Períodos próximos a uma reeleição seriam ainda maiores estímulos a medidas antecipadas, privilegiando o bem-estar da população. Já governos militares, ou períodos de conflitos e guerras trariam consequências negativas para a sociedade e economia, além de estimular ditadura e censura.

Rizzini (2004) argumenta que a expansão da democracia iniciada no século XX deveria impactar positivamente na vida das crianças, através de um aumento de liberdades e acesso à informação. A acadêmica concorda com Sen (1993) sobre a importância da democracia para o desenvolvimento, ressaltando, porém, que muitas vezes na prática seus princípios não são implantados, e que seria necessária uma democracia estruturada para garantir melhores condições para as crianças, já que elas por muitas vezes não são priorizadas. A autora cita como exemplo o Brasil, que passou por sua redemocratização nos anos 1980, e as crianças seguiram desrespeitadas.

Sarmento, Fernandes e Tomás (2007), reconhecendo a ausência de um vínculo social pleno da infância com o resto da sociedade, percebem a participação ativa das crianças como

[...] fundamental para melhorar suas condições de vida, das suas famílias e das suas comunidades, discutir outras formas de relações entre adultos e crianças, contribuir para novas formas de conhecimento sobre a infância e construir espaços de participação e promover a discussão da possibilidade e necessidade de articulação entre democracia representativa e democracia participativa. (SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007, p. 14)

Eles defendem que as crianças deveriam ser vistas como sujeitos ativos com direitos próprios, e não apenas destinatários das ações adultas. Para isso, torna-se necessária uma mudança de paradigma relativa ao papel da criança, passando a considerá-la um sujeito de direitos. A participação das crianças na sociedade acaba sendo limitada pelas relações estabelecidas na família, na comunidade e nas próprias estruturas socioeconômicas, entre crianças e adultos, mas Sarmento, Fernandes e Tomás (2007), assim como Rizzini (2004), consideram que poderia ser benéfica para a sociedade.

A inclusão da perspectiva das crianças no processo de investigação revela-se importante, não só para que haja o incremento de medidas políticas que contribuam para o seu bem-estar, como também tais políticas mostram-se mais eficazes se as crianças participam do debate referente à natureza dos desafios e oportunidades a elas relacionados. (RIZZINI, 2004, p. 2)

Muitos estudos sobre pobreza consideram como aspectos fundamentais para o desenvolvimento da criança apenas aqueles centrados em serviços e bens públicos, ignorando um dos pontos mais determinantes na formação da personalidade, potencial, capacidade cognitiva e não cognitiva da criança, que está presente desde antes de seu nascimento: a família. Cunha e Heckman (2010) destacam a importância da família no desenvolvimento de habilidades e liberdades das crianças, tanto em função da genética, como do investimento dos pais e da determinação do ambiente no qual a criança é inserida.

Cursworth (2006) apresenta e complementa as ideias de Coleman (1988), reforçando a influência do capital humano dos pais no desenvolvimento das crianças, destacando também aspectos como a própria herança genética que culmina em habilidades inatas, bem como provisão cultural e possibilidade de investimento nos filhos. No quesito comportamental, o lar também molda a criança, já que suas atitudes e inspirações estão ligadas aos valores e expectativas da família.

Porsse et al. (2012) também fazem considerações sobre a importância da realidade vivenciada diariamente pelas crianças dentro de casa, além da comunidade à qual pertencem: a família, por ser “[...] o espaço promotor da qualidade de vida na primeira infância.” (PORSSE ET AL., 2012, p.296), diretamente vinculada ao cuidado, proteção, educação e formação do indivíduo; a comunidade, pela inserção da família na mesma, influenciando valores, costumes e competências, além do apoio à educação, saúde, entre outros aspectos fundamentais. As autoras atentam à relevância de todos os estímulos possíveis às crianças, buscando aumentar suas habilidades, capacitações e promover seu desenvolvimento. Além de tais incentivos refletirem de forma positiva no futuro diretamente, elevam as expectativas das famílias em relação às crianças e, dessa forma, aumentam as perspectivas de melhor desempenho escolar, futuros ganhos no mercado de trabalho e contribuição à sociedade – já que as expectativas da família influenciam o desenvolvimento das crianças.

Fatores negativos como o estresse familiar são considerados por Huston et al. (1991) um aspecto importante na determinação das condições de vida das crianças, pois características como

renda insuficiente, falta de suporte e vulnerabilidade aumentam o estresse dos pais, culminando em uma relação ruim com os filhos, passando por punições, falta de apoio, ou mesmo abusos. Cunha e Heckman (2010) afirmam que a presença e dedicação da família impactam em diversos aspectos da vida de uma criança, incluindo sua capacidade de aprendizado. Também ressaltam que já entre crianças são perceptíveis as discrepâncias nas capacitações entre diferentes classes socioeconômicas, indicando uma forte correlação entre as habilidades das crianças e as características da família, como escolaridade ou capacitações dos pais.

Sobre a influência das capacitações dos pais na vida das crianças, Cursworth (2006) estuda o papel do trabalho nesse processo e afirma que crianças que vivem em lares com pais desempregados tendem a ter menor escolaridade, além de possíveis impactos negativos provenientes das condições sociais e ambientais nas quais são inseridas. A autora pontua que, na experiência escolar, as consequências podem ser vinculadas aos recursos financeiros, no momento de pagar mensalidades e adquirir materiais, ou sociais, no caso de expectativas e exemplos, indo ao encontro daquilo defendido por Porsse et al. (2012).

A falta de renda de uma família muitas vezes induz a criança à exploração econômica, fazendo-a trabalhar desde muito cedo. A UNICEF (2000) expõe as consequências preocupantes dessa prática, englobando o abandono da escola, abusos, exploração, problemas físicos e psicológicos, negando o desenvolvimento à criança. A instituição reforça que essa ainda é a realidade de muitos indivíduos, tanto o trabalho integral, como o de meio período. Rizzini (2004) também percebe o fenômeno e suas consequências dessa forma, e ainda considera facetas mais complexas, como um possível incentivo ao tráfico infantil para tais atividades.

Rizzini (2004) afirma que muitas crianças que deixam de estudar para trabalhar acabam fadadas a postos de trabalhos de baixa renda, exaltando a perpetuação dos impactos por toda a vida. Contudo, a autora considera que, para determinadas famílias, o rendimento das crianças seria de suma importância, casos nos quais deveriam ser assegurados seus direitos, garantido acesso aos estudos²⁹. Ela então argumenta que, para o fim do trabalho infantil, são necessários princípios de atuação, e não leis rigorosas. Assim é reforçada a importância de ações locais em conjunto com iniciativas internacionais, para, além de limitar o trabalho infantil, regular as trocas comerciais.

²⁹ A autora defende que nenhuma criança deveria ser exposta a trabalhos perigosos, com más condições, que impactem a frequência escolar.

Cursworth (2006) reforça que os impactos das condições de vida das famílias nas crianças são diversos. Os efeitos abrangem o capital econômico, através dos recursos financeiros; o capital humano, com as qualificações e experiências; o capital social, pelas relações e contatos sociais; e o capital cultural, através das normas e expectativas. A UNICEF (2000) destaca, então, que a família é o primeiro responsável pelo cuidado da criança, devendo defender e incentivar seu desenvolvimento, mas afirma que o Estado também tem deveres com a criança e com a família, como o de prover assistência material e programas sociais.

Percebe-se, assim, que são diversas as maneiras como a pobreza afeta a realidade das crianças. Com privações que se originam antes mesmo do seu nascimento, os indivíduos que iniciam a vida já passando por limitações importantes, como a falta de acesso a cuidados de saúde e boa educação, ausência de atenção dos pais, entre outros, enfrentam uma dificuldade muito grande na tentativa de reversão de tal quadro. A pobreza acaba sendo transmitida entre as gerações, mostrando-se necessário um investimento nas crianças e atenção por parte das políticas públicas e da sociedade, para que se possa avançar rumo à erradicação dessa situação. Em função de o estudo por agregados muitas vezes mascarar a realidade das diferentes populações dentro de, por exemplo, uma mesma unidade federativa, será analisada uma realidade específica, pesquisando suas privações e particularidades, a partir de um estudo de caso.

4 A POBREZA INFANTIL INTERPRETADA EMPIRICAMENTE

Godoy (1995) traz que a pesquisa qualitativa começou a ser utilizada e ter seu valor reconhecido por outras áreas, além da antropologia e sociologia, apenas na segunda metade do século XX. A autora explica que nessas pesquisas, é realizado um estudo a partir do contato direto com a realidade trabalhada, utilizando o ambiente natural como fonte de dados, procurando entender os sujeitos. Ao tratar de ciências sociais, como é o caso da economia, são estudados fenômenos complexos, dificultando a existência (e identificação) de causas e motivações exclusivas (DAMATTA, 1981).

Silveira e Córdova (2009) percebem a pesquisa como uma possibilidade de aproximação e compreensão da realidade investigada. Para elas, a pesquisa qualitativa consiste no aprofundamento do entendimento de um grupo, não quantificando os dados, mas sim explicando a realidade, produzindo informações, na busca de entender o fenômeno como um todo.

Acerca da pesquisa quantitativa, Silveira e Córdova (2009) descrevem, a partir de trabalhos de Fonseca (2002), que a mesma tem a objetividade como centro, adotando a quantificação das informações e utilizando instrumentos padronizados para a coleta de dados. Outro ponto destacado é que, para uma pesquisa mais completa, poderiam ser utilizadas a pesquisa qualitativa e quantitativa em conjunto.

Para o aprimoramento do presente trabalho, foi, então, realizado um estudo de caso da realidade de crianças entre o 5º e o 7º ano da Escola Estadual de Ensino Médio Crescer, na cidade de Venâncio Aires, precedido por uma breve descrição da situação brasileira atual. A pesquisa de campo realizada tem aspectos quantitativos e qualitativos. Através de algumas perguntas com respostas fechadas, objetivou-se compreender a realidade e percepções dos estudantes do 5º, do 6º e do 7º ano da escola. O questionário contemplava também uma minoria de questões abertas descritivas, para compor tal entendimento. Além disso, foram analisados o comportamento e considerações verbais feitas pelas crianças, bem como uma entrevista realizada com duas coordenadoras pedagógicas da escola.

4.1 Panorama da realidade brasileira

A partir do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS publicou um documento sobre a realidade da pobreza no Brasil, trazendo que 16,3 milhões de brasileiros, ou seja, 8,5% da população, vivem em situação de extrema pobreza – avaliada pelo âmbito monetário, com rendimentos mensais *per capita* menores que R\$ 70,00. Apesar de ser um país com sua população vivendo majoritariamente em ambientes urbanos (84%), aproximadamente metade (47%) das pessoas inseridas em uma realidade de pobreza extrema é de zonas rurais (BRASIL, 2011).

O Ministério faz ainda algumas outras distinções buscando explicar melhor tais resultados. Tratando do gênero, a divisão é praticamente homogênea, enquanto que a análise das faixas etárias aponta significativas distinções. As informações indicam a necessidade de um maior investimento na população jovem, uma vez que 28% da população extremamente pobre tem idade entre cinco e 14 anos, e esse número sobe para 51% quando são considerados os indivíduos de até 19 anos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013) traz, a partir de respostas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de pobreza e de extrema pobreza no Brasil. A linha de corte utilizada para a extrema pobreza consiste na estimativa do valor de uma cesta de alimentos com as calorias necessárias para a manutenção do indivíduo, e o dobro deste valor caracteriza uma situação de pobreza, sendo variável de acordo com as diferentes regiões do país. O valor mais baixo para a cesta corresponde à área rural do leste do Brasil, e o mais elevado à área metropolitana de Porto Alegre. A partir dos critérios descritos, o instituto aponta que, no ano de 2012 (dado mais recente disponível), 5,3% dos brasileiros viviam em extrema pobreza, e 16% em condições de pobreza – percentuais que, historicamente, vêm apresentando uma tendência de queda.

A vulnerabilidade à pobreza é outro índice analisado pelo IPEA (2013). São considerados vulneráveis os indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou menor a meio salário mínimo, ou R\$ 255,00 em 2010, ano do último estudo dessa natureza. Os resultados são expostos por estado, sendo, no ano de 2010, o Maranhão o estado com maior proporção de indivíduos vulneráveis à pobreza (64%), e Santa Catarina o estado com o número mais baixo (12%). É feita

uma avaliação distinta para as crianças vulneráveis à pobreza. Os estados com os valores máximo e mínimo permanecem inalterados, mas vale ressaltar que quando são consideradas apenas as crianças, valendo-se do limite de 14 anos, os percentuais de todos os estados tornam-se mais elevados (entre 22% e 77%), confirmando a maior vulnerabilidade das crianças e indicando a necessidade de atenção e investimento nessa etapa. O Rio Grande do Sul fica, em ambas as avaliações, entre os cinco estados com menor proporção de população vulnerável à pobreza.

O coeficiente de Gini³⁰, que mensura a desigualdade na distribuição de renda, também é apresentado pelo IPEA (2013) a partir dos dados da PNAD, sendo o do Brasil, no ano de 2012, igual a 0,53. Apesar de significar uma melhora frente ao histórico do país, ainda é um número que indica uma sociedade bastante desigual. A taxa de mortalidade infantil brasileira apresenta uma tendência de queda – em 2000 a taxa ficava em 30,1 a cada mil nascimentos, frente ao número de 19,6 em 2013, segundo o IBGE. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³¹, o Brasil ocupa a 85ª posição, com um valor de 0,73 de acordo com a ONU (2012), considerado um índice alto. A organização ainda destaca o Brasil por sua significativa redução no déficit no IDH desde os anos 1990, por sua preocupação com a integração social e pela importante queda do percentual da população vivendo em situação de pobreza monetária.

Uma das principais políticas adotadas pelo Governo Federal para atingir o objetivo de redução da pobreza e melhora das condições de vida da população foi a criação do Programa Bolsa Família (PBF), que será abordado na pesquisa empírica. O Programa foi constituído a partir da unificação de outros programas existentes, como Bolsa Escola, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação, combinada a um maior controle e novas iniciativas. O MDS explica que o PBF é um programa de transferência de renda do Governo Federal, instituído no ano de 2004, que busca melhorar as condições de vida das pessoas que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza. Tal determinação é baseada no conceito de pobreza monetária, considerando como pessoas extremamente pobres aquelas que têm rendimentos mensais *per capita* abaixo de R\$ 70,00, e como pessoas pobres aquelas que recebem, *per capita*, entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00. O benefício possui um valor básico de R\$ 70,00 para as famílias extremamente pobres, e outros

³⁰ O índice vai de zero, quando a renda é igualmente distribuída, a um, que seria a desigualdade máxima, caso no qual uma pessoa concentraria toda a renda de uma sociedade e os outros não teriam nada.

³¹ Índice que busca ser uma medida geral para o desenvolvimento. Para seu cálculo, é considerada a expectativa de vida, a média de anos de educação de adultos, a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de início da escola e a Renda Nacional Bruta *per capita*, com o intuito de avaliar a saúde, a educação e a renda (PNUD, 2013).

auxílios para famílias com crianças e jovens entre zero e 15 anos, gestantes, crianças entre zero e seis meses ou adolescentes entre 16 e 17 anos, bem como outro benefício para famílias que ainda assim sejam consideradas em situação de extrema pobreza – benefícios estes que são pagos preferencialmente às mulheres (BRASIL, 2010, 2014).

O MDS reforça que, além da transferência, que objetiva aliviar a pobreza no curto prazo, o PBF possui algumas condicionalidades para que a família receba os benefícios, que buscam reforçar o acesso a direitos básicos. Tais compromissos são cuidados com a saúde, frequência escolar e assistência social. Como exemplo, vale citar vacinação, exames pré-natal, matrícula escolar, frequência mínima de 85% nas aulas para os indivíduos entre seis e 15 anos, e de 75% para os estudantes entre 16 e 17 anos, bem como o fim do trabalho infantil para menores de 15 anos. O poder público, por sua vez, deve garantir a oferta de tais serviços, fazer o acompanhamento do cumprimento dos requisitos e auxiliar famílias que têm dificuldade em atendê-los (BRASIL, 2010, 2014).

4.2 Contextualização do local de estudo

O Rio Grande do Sul é considerado pelo IBGE (2010) o estado com o 4º maior PIB do Brasil, apresentando um índice de Gini de 0,547 (BRASIL, 2010), o que indica uma desigualdade levemente maior que a nacional, e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,746 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2010), ficando em 6º colocado entre todos os estados do país. O estudo foi realizado no município de Venâncio Aires que, de acordo com informações do IBGE (2014) e da Fundação de Economia e Estatística – FEE (2010), possui 773km² de área territorial, localiza-se na Mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense, e na Microrregião de Santa Cruz do Sul, há aproximadamente 130 km da capital do estado, Porto Alegre, fazendo parte do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. Trata-se de uma cidade de 69.154 habitantes, conforme estimativas do IBGE para 2013, que em 2011 registrou um PIB a preços correntes de R\$ 1,989 bilhão e um PIB *per capita* de R\$

29.996 e, em 2010, um IDHM³² de 0,712 (PNUD, 2010), considerado um alto desenvolvimento humano³³.

O índice de Gini do município em 2010, de acordo com dados do IBGE era 0,465 (BRASIL, 2010), mostrando ser menos desigual que a média brasileira e estadual. Quanto ao índice de desenvolvimento socioeconômico (Idese), calculado pela FEE em 2010 com o intuito de comparar os municípios gaúchos entre si, suas políticas públicas e distribuição de recursos, a cidade obteve um resultado de 0,73 considerando os três aspectos examinados: educação, renda e saúde. Ao avaliar apenas a renda o número é 0,71, enquanto que a saúde corresponde a 0,83, e a educação conquistou o menor valor, de 0,65.

Figura 1 - Localização de Venâncio Aires no mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE (2014).

Segundo a Prefeitura Municipal da cidade, Venâncio Aires oferece incentivos para a atividade empresarial da indústria, comércio e serviços, o que fortalece o aumento do número de estabelecimentos instalados na localidade anualmente. A cidade é conhecida por ser a Capital Nacional do Chimarrão, sendo uma referência de produção e qualidade no cultivo de erva-mate.

³² Índice que considera a expectativa de vida ao nascer, escolaridade da população adulta, fluxo escolar da população jovem e renda *per capita*, por município. Para mais, consulte o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013).

³³ As faixas de classificação dividem-se em muito baixo (menor que 0,499), baixo (entre 0,500 e 0,599), médio (entre 0,600 e 0,699), alto (entre 0,700 e 0,799) e muito alto (entre 0,800 e 1).

A produção de tabaco é outro fator de destaque, visto que a cidade é a maior produtora do Brasil, sendo este o cultivo que mais gera empregos no município, uma média de 6,8 mil postos de trabalho anuais, ainda de acordo com a prefeitura. Na busca de uma diversificação da produção, surgem plantações de milho, arroz, aipim e soja, por exemplo. No setor da indústria, a principal é a metal-mecânica que, em 2009, empregava cerca de 2,5 mil pessoas (VENÂNCIO AIRES, 2014).

Sobre benefícios públicos, de acordo com o MDS, no ano de 2014, Venâncio Aires contabilizou 7.264 famílias cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, somando 18.947 pessoas³⁴, das quais 6.883 possuíam renda mensal *per capita* menor que R\$ 70,00. O PBF, o principal do país, é pago a 2.848 famílias, conforme dados do presente ano. No ano de 2013, 2.363 famílias eram acompanhadas pela saúde, e 2.707 beneficiários entre seis e 15 anos eram acompanhados pela educação, dos quais 97% apresentavam a frequência mínima exigida (BRASIL, 2014).

A população infantil não é calculada no Censo Demográfico do IBGE (2010), mas a partir da pirâmide etária é possível perceber que o número de crianças entre cinco e 14 anos, em 2010, era de 9.138, aproximadamente 14% da população total. Em um comparativo de dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 com o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep do mesmo ano, é possível constatar, considerando estimativas de idade para as séries, que aproximadamente 90% das crianças entre cinco e 14 anos estavam matriculadas no Ensino Fundamental.

Acerca da educação, observa-se que os números de matrículas e estrutura do Ensino Pré-Escolar e do Ensino Médio na cidade são consideravelmente menores do que os do Ensino Fundamental, tanto na rede pública como na rede privada. No município de Venâncio Aires, em 2012, para o Ensino Fundamental, existiam três escolas particulares, que contavam com 624 matrículas e 67 docentes; 29 escolas públicas estaduais, com 4.872 matrículas e 331 docentes; e 36 escolas públicas municipais, com 2.750 matrículas e 176 docentes, de acordo com dados expostos pelo IBGE (2012) a partir do Censo Educacional realizado pelo MEC/Inep em 2012.

³⁴ Considerando a população estimada pelo IBGE para o ano de 2013, o número de pessoas cadastradas corresponde a, aproximadamente, 27% da população.

4.3 Metodologia da pesquisa de campo

Conforme posto anteriormente, a pesquisa de campo complementa a revisão bibliográfica através da aproximação do pesquisador com a realidade estudada. Assim, o caráter exploratório do trabalho torna-se mais completo, a partir da pesquisa teórica em conjunto com os questionários e entrevistas com pessoas que vivenciam o problema abordado, conforme descrito por Silveira e Córdova (2009), a partir de leituras de Gil (2007).

Dessa forma, foi realizada uma pesquisa empírica com crianças que, ao que sua realidade indica, vivem em situação de privações. O ambiente da pesquisa foi a E.E.E.M. Crescer, no município de Venâncio Aires, que trabalha com alunos desde o 1º ano do Ensino Fundamental até a conclusão do Ensino Médio. A escola conta com 612 estudantes, dos quais 253 recebem benefícios do Programa Bolsa Família. A escola localiza-se no bairro Vila Algayer, e atende crianças e jovens do mesmo bairro, Vila Batistti, Sol Nascente, Novo Horizonte e Coronel Brito. Tais localidades são conhecidas por suas acentuadas privações sociais e econômicas e condições de vida muitas vezes complicadas. O espaço de pesquisa foi eleito em função de ser um meio para chegar às crianças, possibilitando o estudo de sua realidade e, assim, da pobreza infantil.

Em função da estabilização do QI aos 10 anos de idade, como exposto no trabalho de Cunha e Heckman (2010), a avaliação foi feita com crianças a partir dessa idade. Quanto ao término da infância, o mesmo difere conforme a instituição. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança todos os indivíduos com menos de 12 anos completos (BRASIL, 1990); já no âmbito do direito internacional, é utilizada uma única classificação para os jovens, sendo consideradas crianças todas as pessoas com menos de 18 anos (RIO GRANDE DO SUL, 1990); outro recorte possível e bastante utilizado por instituições como IBGE (2014) e FEE (2014) é uma distinção entre os indivíduos de até 14 anos, em função de ser a idade prevista para a conclusão do Ensino Fundamental. A presente pesquisa adotou como foco de estudo para a realidade da pobreza infantil os alunos da escola Crescer com idade entre 10 e 12 anos completos, considerando os apontamentos de Cunha e Heckman (2010) e do ECA, mas, buscando aumentar a população, englobou crianças com 12 anos completos.

Dessa forma, o estudo foi feito com alunos do 5º, do 6º e do 7º ano, em função da estimativa da idade. A escola conta com três turmas de 5º ano, das quais foram estudadas duas, que totalizam 27 alunos; três turmas de 6º ano, todas participantes da pesquisa, com 59 alunos; e

duas turmas de 7º ano, ambas envolvidas, com 32 alunos. A pesquisa foi realizada nos dias 12 e 13 de maio de 2014, de maneira que os alunos presentes nas aulas nesses dias compuseram a população estudada. Dos 118 alunos dessas turmas, estavam presentes e responderam os questionários 87. Contudo, em função de repetência e inadequação da idade na série, 32 desses alunos tinham 13 anos ou mais, o que resultou em uma população de 55 alunos para análise.

Com o intuito de organizar uma pesquisa descritiva, que permitisse qualificar e analisar a realidade das crianças envolvidas no estudo, foi formulado um questionário padrão. Em função de a pesquisa ter como centro a realidade das crianças a partir de sua própria percepção, tentou-se manter uma linguagem de fácil compreensão para que elas pudessem responder as perguntas de maneira independente, preservando seu anonimato, visando obter respostas mais reais.

O questionário³⁵ consiste, majoritariamente, em perguntas com respostas fechadas, sobre dados básicos de identificação, condições de vida, características dos pais, relação com os mesmos e algumas percepções de mundo. As questões foram elaboradas buscando compreender suas privações de funcionamentos e liberdades. Além disso, entender como a criança percebe sua realidade, o papel da escola e da família – de suma importância para seu desenvolvimento, como explicado nos capítulos anteriores – e compreender a multidimensionalidade da pobreza a partir de meios que não a renda. As maiores influências para definir os aspectos tratados têm relação com referências apresentadas anteriormente, como os estudos de Nussbaum (2000), Sen (1999, 2000), Cunha e Heckman (2010) e da UNICEF (2000), abordando educação, saúde, nutrição, água, trabalho infantil, bem-estar emocional, entre outros temas. Outra fonte de inspiração consistiu no uso de trabalhos de campo anteriores, como a pesquisa de Comim et al. (2006).

Acerca das perguntas com respostas abertas, três delas tratam ainda sobre a contextualização e família da criança, como o bairro onde mora e a profissão do pai e da mãe. Outras duas têm caráter mais subjetivo, objetivando perceber de que maneira a realidade poderia impactar nas percepções de futuro e ambições desde a infância, possivelmente definindo algumas decisões. Estas questões consistiram em indagar alguma necessidade que sentem hoje e quais são os seus planos ou sonhos para o futuro, no caso daqueles que afirmam ter.

Os questionários foram aplicados em sala, durante o horário de aula, com a liberação da direção da escola e dos professores. Cada aluno recebeu uma cópia do material para preenchimento, com a orientação de fornecer informações reais sobre suas condições e

³⁵ Ver Apêndice A.

percepções de vida. As perguntas foram lidas pela pesquisadora em conjunto com cada turma para facilitar a compreensão de todos, sendo sanadas as dúvidas coletivas nesse primeiro momento. Outros questionamentos que surgiram foram atendidos individualmente ou em pequenos grupos, com o apoio dos professores.

Outra etapa da pesquisa de campo foi a entrevista aberta com as coordenadoras pedagógicas da escola, que forneceram um parecer da realidade dos alunos a partir de suas experiências. Buscou-se entender a situação de vida dos alunos e da comunidade, a relação dos alunos com a escola e projetos desenvolvidos por eles. O relacionamento intrafamiliar e a relação entre os pais e a instituição de ensino, na visão das coordenadoras, foram outros temas da conversa. As privações conhecidas por elas que os alunos vivenciam e que impactam no seu desenvolvimento, fortalecendo a existência de um círculo vicioso da pobreza, também foram abordadas. Alguns assuntos que não haviam sido previstos inicialmente na pesquisa foram trazidos por iniciativa das funcionárias no decorrer da conversa, complementando o relato.

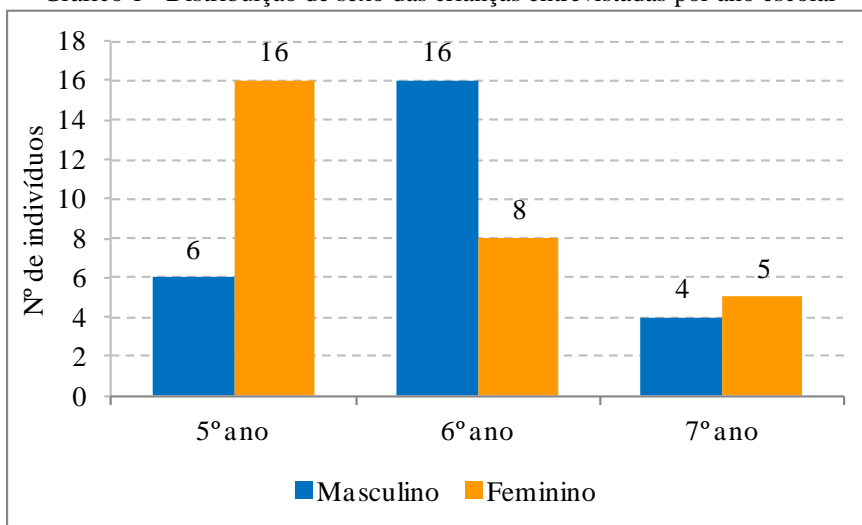
4.4 Resultados da pesquisa de campo

A partir dos dados coletados com os alunos, foi possível analisar as respostas das crianças e compreender de maneira mais abrangente sua realidade. A entrevista com as coordenadoras teve grande importância para conhecer um olhar externo e distinto sobre a situação. Percebeu-se uma colaboração por parte dos alunos, professores e funcionários, que viabilizou resultados positivos para o presente estudo.

4.4.1 Questionários aplicados com os alunos

Dentre os 87 entrevistados, como posto anteriormente, foram analisados os resultados de 55 questionários, em função do recorte de idade entre 10 e 12 anos. Destes, 22 eram alunos do 5º ano, 24 do 6º, e nove do 7º. Além do fato de as turmas de 7º ano serem menores, grande parte dos alunos deste período tinha 13 anos ou mais. Acerca do sexo, a proporção foi bastante equilibrada, sendo 53% indivíduos do sexo feminino, e 47% do sexo masculino, distribuídos como segue abaixo.

Gráfico 1 - Distribuição de sexo das crianças entrevistadas por ano escolar



Fonte: elaboração própria (2014).

Ao questionar quantos irmãos cada criança tinha, a resposta mais frequente foi a opção de maior número, quatro irmãos ou mais, com 17 observações. Apenas três não tinham irmãos, 14 tinham um irmão, 14 tinham dois, e sete tinham três irmãos. Entre os 52 que tinham irmãos, 54% afirmaram que todos os seus irmãos são filhos do mesmo pai e da mesma mãe, enquanto 27% tinham irmãos apenas por parte de mãe, e 8% apenas por parte de pai. Observaram-se casos (6%) em que tanto o pai como a mãe tiveram filhos de outros relacionamentos; outros que tinham tanto irmãos por pai e mãe, como por parte apenas de um dos progenitores (4%) e um entrevistado não respondeu a questão.

Das 55 crianças entrevistadas, 62% são residentes na Vila Batistti, 27% no bairro Coronel Brito e as demais se dividem nas outras localidades atendidas pela escola. Sobre a casa onde moram, todos afirmaram ter acesso à água e à luz elétrica, assim como banheiro em casa, sendo que 17% alegaram ter mais de um, e 2% informaram ter apenas banheiro fora de casa.

Outro aspecto que se buscou observar foi o cuidado com a saúde e nutrição. Bird (2007) lembra que tais fatores são importantes desde a gestação, se mantendo como pontos fundamentais para a sobrevivência ao longo da vida (UNICEF, 2000), tendo inclusive influência sobre os rendimentos futuros (REIS; CRESPO, 2009) e compondo uma capacidade central, de acordo com Nussbaum (2000). Em um questionamento mais abrangente, sobre se considerar saudável, 93% afirmaram que sim. Acerca de visitas ao médico, 71% afirmaram que vão quando estão doentes, 16% apenas quando estão muito doentes, 11% fazem ao menos uma consulta por ano, e 2% nunca foram ao médico. Apesar de os números indicarem que o acesso ao tratamento médico é

encontrado, ainda pode-se perceber que a busca pelo mesmo acontece apenas quando há alguma enfermidade, indicando uma necessidade maior de implementação de medidas preventivas.

A quantidade de refeições diárias também foi avaliada e os resultados foram bastante positivos. Em função de a pesquisa ser feita com crianças, não foi possível fazer questionamentos mais profundos sobre segurança alimentar, sendo esta questão uma alternativa metodológica para viabilizar tal entendimento, ainda que de maneira um tanto limitada. Apenas 8% das crianças realizam uma ou duas refeições por dia, 42% fazem três refeições, 47% afirmaram fazer quatro ou mais, e 4% não responderam a questão³⁶. O bom resultado dessa questão pode estar vinculado ao fato de a escola disponibilizar uma refeição por dia para os alunos que estão matriculados no ensino regular, e três para os que fazem parte do Projeto Mais Educação, o que vem ao encontro da colocação de Sen (1993), de que o governo seria capaz e deveria evitar a fome. Não pode ser percebida qualquer relação entre não se sentir saudável com fazer poucas refeições ao dia, ou ausência de tratamento médico.

Cunha e Heckman (2010) reforçam a importância do investimento precoce em educação, que é apontado pela UNICEF (2000) como fundamental para a redução da pobreza. Na pesquisa, grande parte das crianças (87%) frequentou a educação infantil, o que é um bom indicativo, mas o número deveria ser ainda mais elevado, considerando o projeto de lei para o Plano Nacional de Educação (PNE), que busca universalizar o acesso à educação para crianças entre quatro e cinco anos, até 2016 (BRASIL, 2011).

Sarmento, Fernandes e Tomás (2007) apontam a escola como principal instituição na infância. Dessa forma, a percepção que as crianças consultadas têm da mesma foi avaliada – 71% afirmaram gostar da escola, 27% não, e 2% adicionaram uma opção intermediária, entre o sim e o não. Contudo, é interessante perceber que quando indagados sobre o motivo de estudarem, apenas um indivíduo afirmou estudar em função dos seus pais, enquanto os demais demonstraram reconhecer a importância do estudo e do aprendizado, abrangendo respostas como o fato de estudarem para aprender, pois todos devem estudar e porque é importante para seu futuro³⁷.

Entre os 55 alunos entrevistados, 64% afirmaram fazer alguma atividade extraclasse, 33% não, e 4% não responderam. A descrição da atividade que fazem não foi conclusiva, em função de a escola oferecer um projeto para as crianças envolvendo diferentes oficinas, que será

³⁶ Alguns percentuais superam 100% em função de arredondamento.

³⁷ Apesar de os indivíduos de 13 anos ou mais não estarem dentro do recorde de análise, a resposta de estudar em função dos pais foi mais frequente entre eles.

explicado na sequência do trabalho, o que parece ter gerado dúvidas no momento de indicar que a marcação nos campos de “esporte” ou “núcleo/projeto” deveria acontecer apenas quando os mesmos eram externos à escola.

Quanto ao trabalho infantil, que de acordo com a UNICEF (2000) e Rizzini (2004) pode trazer graves consequências para o futuro, nenhuma das crianças alegou trabalhar fora, com o intuito de apoiar a família financeiramente, mas 60% trabalham com o serviço doméstico, ajudando em casa. Dentre esses, a maioria (67%) do sexo feminino, indicando uma maior responsabilidade da menina com as tarefas do lar desde a infância. Tal informação reforça a necessidade de maior investimento na educação das meninas, como destacado por Sen (2000) e pela UNICEF (2000). Ainda, 33% afirmaram não trabalhar, e 7% não responderam a questão. Entre os que não trabalham atualmente, apenas um indivíduo informou já ter trabalhado, mas não especificou em que. Considerando o passado, grande parte das crianças já ajuda em casa há algum tempo, 27% há mais de três anos, dentre as quais, mais uma vez, a maioria são meninas. Ainda apareceram respostas como ter trabalhado com o pai, como babá, ou em um bar.

Ao serem questionadas se conheciam o pai e a mãe, 98% das crianças responderam que sim, ao passo que 2% afirmaram conhecer só a mãe. Acerca de morarem com os pais, 53% informaram morar com o pai e com a mãe; 42% moram com a mãe, mas o pai não mora com eles; 4% moram com o pai, porém sem a mãe; e 2% não moram com nenhum dos pais. A questão tratava de todas as pessoas com quem as crianças dividem a casa, podendo assinalar as opções correspondentes. Afora mãe e pai, 76% assinalaram que entre as pessoas que moram em sua casa estão os irmãos, 13% avós, 9% padrasto, e 6% tios/padrinhos.

Além da casa, foi indagado se elas dividiam seu quarto com alguém. Para esta questão, 56% responderam que não, enquanto 35% informaram dividir, e outros 9% dividem tanto o quarto como a cama. Dentre os que dividem, grande parte compartilha o quarto, ou o quarto e a cama, com os irmãos, outros com a avó, mãe, ou com os pais. Alguns dividem com mais pessoas, como com irmãos e avó.

Outros pontos abordados para entender a realidade das crianças foram algumas informações sobre seus pais, como idade, escolaridade, profissão e idade com que tiveram o primeiro filho. Cunha e Heckman (2010) e Cursworth (2006) ressaltam a relevância da família no desenvolvimento da criança, tanto pela genética, como pelo investimento dos pais em sua criação

e pelo o ambiente. A família tem grande responsabilidade quanto à qualidade de vida das crianças (PORSSE ET AL., 2012), sendo considerado pela UNICEF (2000) seu primeiro responsável.

O primeiro aspecto percebido com tal questionamento foi o maior conhecimento das crianças sobre as informações da mãe, em comparação as do pai. Os dados avaliados revelaram que 7% dos entrevistados não sabiam informar a escolaridade de sua mãe. Dentre as respostas fornecidas, 65% disseram que sua mãe tinha o ensino fundamental incompleto, 24% foi a proporção do ensino fundamental completo, 6% médio incompleto, 4% ensino médio completo e 2% ensino superior. O mesmo questionamento foi feito sobre o pai, para o qual 31% das crianças não souberam dar uma resposta. As informações fornecidas foram semelhantes as das mães, com um nível um pouco maior de estudo. Os números foram 47% para fundamental incompleto, 29% com o ensino fundamental completo, 13% iniciaram o ensino médio, mas não concluíram, 8% tinham ensino médio completo e 3% com ensino superior.

A idade com que os pais tiveram o primeiro filho também é uma informação relevante, indicando a preparação que as pessoas tinham para criar seus filhos, tal qual seu planejamento. Nessa questão, 27% das crianças não sabiam responder sobre sua mãe, e 45% não sabiam sobre seu pai. Considerando a realidade daquelas que souberam fornecer a informação sobre sua mãe, 18% das mães tiveram o primeiro filho antes dos 15 anos, 50% entre os 16 e 20 anos, 20% entre 21 e 25, e o número reduz ainda mais com o aumento da idade, passando para 8% entre 26 e 30 anos, e 5% com idade superior a 30 anos. Acerca dos pais, dentre os que conheciam tal dado, nenhum afirmou que o pai teve filhos antes dos 15 anos, 47% assinalaram que foi entre os 16 e 20 anos, 30% entre 21 e 25, 17% entre 26 e 30, e 7% com mais de 30 anos. As respostas demonstram, com certa frequência, o problema da gravidez na adolescência, exposto pela UNICEF (2000), que, ainda de acordo com a fundação, poderia ser amenizado com um maior acesso à educação.

O questionamento sobre a idade que os pais têm hoje era sabido que apresentaria uma grande variação de resultados, e tinha como principal objetivo saber se conseguiriam responder um fator básico sobre seus pais, e não inferir algo em função disso, pois não se tem informações detalhadas sobre os outros membros da família. As respostas variaram desde mães e pais entre 21 e 25 anos, até aqueles com mais de 50. Apenas 2% das pessoas não souberam responder a idade de sua mãe, enquanto 15% não souberam fornecer a mesma resposta sobre o pai.

Os resultados para a indagação a respeito das profissões dos pais tinham foco semelhante, de entender se os filhos conhecem o básico da vida dos pais, além de contextualizar sua realidade. As observações também indicaram uma maior proximidade com a mãe, sobre a qual 5% não sabem sua profissão, ao passo que 24% não souberam informar a profissão do pai. Entre as mulheres das famílias, as profissões que mais foram mencionadas foram costureira, dona de casa, operária e safrista. No caso dos homens, as respostas foram mais variadas, mas as com maior incidência foram operário e pedreiro.

É possível constatar que, em geral, as crianças sabem mais informações sobre suas mães, o que pode indicar uma maior convivência ou maior senso de responsabilidade das mulheres com seus filhos. Ainda, as profissões relacionam-se com as informações econômicas apresentadas sobre o município anteriormente, com um alto índice de empregos de operários nas indústrias instaladas na cidade, bem como a significativa importância da produção de fumo na criação de empregos, tanto na função de safrista, como funcionários de empresas fumageiras.

Apesar de algumas respostas indicarem uma relação distante com os pais, como o desconhecimento de informações básicas ao seu respeito, a falta de confiança nos mesmos, ou mesmo apontarem como maior necessidade ter os pais por perto ou amor e carinho, 95% das crianças alegam receber atenção dos pais, 4% afirmam que não, e 2% optaram por uma resposta intermediária. As considerações verbais feitas pelas crianças, contudo, não indicam que os pais são presentes, mas elas avaliaram a questão desta forma. Outras perguntas foram feitas com o intuito de explorar esta temática, como se os pais conversam com os filhos, se auxiliam com a escola e se leem juntos. Cunha e Heckman (2010) salientam a dedicação da família com as crianças como fundamental estímulo ao seu desenvolvimento e capacidade de aprender, bem como a escolaridade e capacitações dos pais.

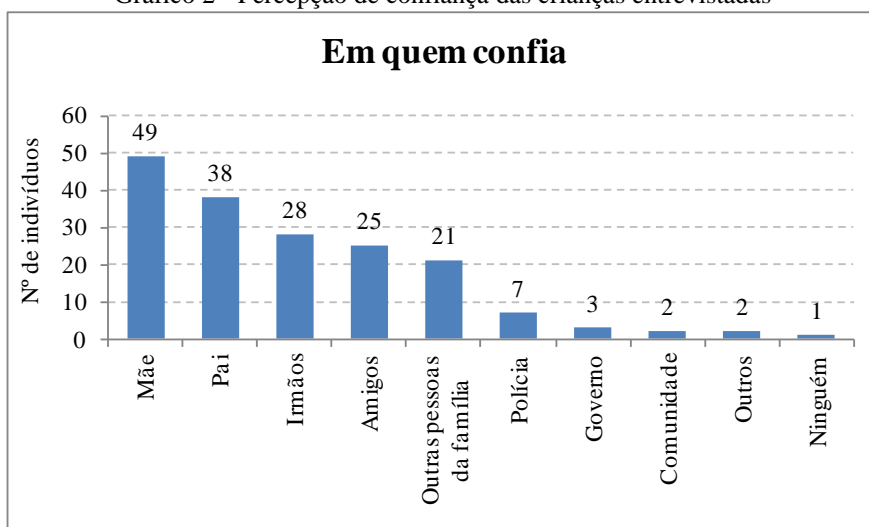
A respeito da conversa, as respostas foram iguais àquelas sobre a atenção, indicando uma percepção de atenção como diálogo. As demais perguntas apresentaram alguma distinção, principalmente a questão da leitura. A ajuda com a escola é prestada pelos pais de 87% dos alunos, enquanto 11% indicaram não receber tal apoio, e 2% indicaram que em parte. Já sobre a leitura, apenas 47% das crianças indicaram realizar tal atividade com os pais, *versus* 53% que responderam que não. Considerando a leitura como importante ponto do aprendizado, e o interesse pela mesma um bom indicativo de prioridades do indivíduo, foi questionado se as crianças liam livros fora da escola. Tal questão, porém, não apresentou resultados passíveis de

análise, pois grande parte das crianças não compreendeu que seriam livros além daqueles solicitados pela escola, e consideraram as tarefas escolares de leitura como “leitura fora de casa”, não demonstrando seu real interesse.

Com o intuito de contextualizar sua realidade, foi questionado se as crianças sabiam se recebiam algum benefício do governo. A partir disso, é possível conhecer um pouco mais as características das famílias, como uma maior aproximação de sua renda. Em função da idade dos entrevistados, não seria adequado questionar diretamente a renda, pois o conhecimento deles sobre o aspecto seria bastante limitado, sendo definida uma questão que eles poderiam responder. O objetivo de obter informações foi atingido, visto que apenas 4% não sabiam se recebiam algum apoio do governo. Dentre as crianças, 35% não recebiam benefícios, 56% eram participantes do PBF e 5% afirmaram receber algum outro tipo de auxílio. Tal resposta reforça a ideia de que as crianças realmente estão inseridas em uma realidade de vulnerabilidade, com importantes privações. Outro benefício que todos recebem, dado o espaço de realização da pesquisa, é o acesso à educação pública.

Nussbaum (2000) destaca a possibilidade de se mover sem perigos como uma capacidade central, motivando a abordagem do quesito da segurança. Na pesquisa realizada, os resultados foram bastante equilibrados, 51% das crianças afirmaram se sentir seguras na rua, enquanto que 44% não se sentem, 4% adicionaram uma opção intermediária, e 2% não responderam a questão. Nussbaum (2000) também aponta em sua lista as emoções e a afiliação como pontos centrais, ocasionando o questionamento de em quem as crianças confiavam, no sentido de com quem sentiam que podiam contar. A questão instruía que marcassem quantas opções desejassem. A opção mais frequente foi a mãe, seguida pelo pai. As respostas podem ser vistas no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Percepção de confiança das crianças entrevistadas



Fonte: elaboração própria (2014).

Como já mencionado, o questionário conta com duas questões abertas de caráter subjetivo, considerando os planos da criança para o futuro e suas necessidades atualmente. Apesar de a escola ter identificado o problema da ausência de perspectiva das crianças para o futuro e de se apegarem a seus sonhos, e ter realizado um trabalho acerca do assunto anteriormente, ainda 24% dos entrevistados afirmaram não ter sonhos ou planos para o futuro. Estes indivíduos foram predominantemente do sexo masculino (77%), entre 11 e 12 anos. Foi possível perceber uma diferenciação mais significativa por gênero nesta questão. Entre os meninos que afirmam ter sonhos para o futuro, 63% desejam ser jogadores de futebol. Outras respostas que apareceram foram veterinário, caminhoneiro, médico, fazer uma faculdade, poder ajudar a família. Dentre as meninas, não houve uma resposta dada pela maioria. Apareceram com grande frequência as perspectivas de ser médica (35%), professora (23%), ou veterinária (15%). Percebe-se ainda, entre as meninas, uma maior preocupação em ajudar os pais, ter a própria casa e formar uma família, além de outras profissões.

A segunda questão subjetiva abordava o que a criança considerava sua maior necessidade hoje. As respostas foram bastante variadas, englobando desde objetos materiais até sentimentos, além de 16% das pessoas que não responderam a pergunta, e 11% que afirmaram não precisar de nada. As respostas mais frequentes (49%) foram referentes a bens materiais, como, por exemplo, um quarto para si, computador ou internet. Fatores relacionados à família e à atenção que recebem foram mencionados por 16% dos entrevistados, em respostas como necessidade de

carinho, amor, ter o pai de volta, ter sua família unida. Necessidades cotidianas, como alimentos, casa sem goteiras ou casa própria foram as respostas de 5% das pessoas³⁸.

Observa-se que a percepção de necessidades de cada um é bastante particular. Apesar de outras respostas indicarem algumas necessidades teoricamente mais fundamentais, como mais refeições diárias, tempo para o lazer ou mesmo mais contato com os pais, as crianças veem como prioridades outros fatores, ou mesmo afirmam não precisar de nada, provavelmente decorrente de sua realidade cotidiana e suas possibilidades de desejar, podendo estar relacionadas às preferências adaptativas.

A última questão consistia em um indicativo de felicidade, podendo ser escolhido um número entre um e dez, representando o quanto a pessoa sentia-se feliz. Observou-se que, independentemente de algumas respostas indicando uma realidade complicada, a mesma não foi exposta pelas crianças, posto que 80% marcou a opção dez, indicando o índice mais alto de felicidade. O menor valor que apareceu nas entrevistas foi cinco. Dentre os 20% que não assinalaram a opção dez, todos tinham entre 11 e 12 anos, e eram, em sua maioria, meninos. Com exceção de um, todos afirmaram receber atenção dos pais, e outras respostas predominantes foram o fato de receberem benefícios do PBF e não terem sonhos para o futuro.

Os entrevistados apresentam ser, em sua maioria, beneficiários de assistência governamental, ter pais e mães que engravidaram na adolescência e com baixa escolaridade. Também demonstraram se sentir saudáveis, ter uma boa quantidade de refeições por dia, gostar da escola, realizar atividades extraclasse, auxiliar com o trabalho doméstico e sentir-se muito feliz. Nota-se, assim, com a pesquisa empírica, a confirmação de diversos aspectos avaliados teoricamente, ao mesmo tempo em que algumas respostas surpreendem, como o acesso universal dessa população à água e à luz, a presença da educação infantil, o sentimento de receberem atenção dos pais, as necessidades apontadas por eles, e o alto nível de felicidade.

4.4.2 Entrevista com as coordenadoras

Na conversa com as coordenadoras foi possível observar diferenças em relação aos resultados expostos pelas crianças. Elas relatam que a realidade dos estudantes é bastante complicada, havendo uma carência de valores, bons exemplos, afeto e limites, além do aspecto

³⁸ Os outros 2% mencionaram que sua principal necessidade seria ter mais animais.

financeiro. As coordenadoras notam que a linguagem utilizada por eles demonstra isso, sendo vulgar e revelando uma ausência de boas maneiras.

Elas percebem uma falta de estrutura familiar, muitas vezes envolvendo uso de drogas, como álcool ou crack. Outro ponto é a desestruturação das famílias, que traz graves consequências para as crianças. As coordenadoras descrevem que os pais muitas vezes não valorizam o trabalho da escola, nem mesmo se sentem responsáveis por seus filhos. Como exemplo, elas trazem que quando é feito um chamamento das famílias, momento no qual a escola contata os pais em função de algum problema dos filhos, é comum os pais verem como solução entregar as crianças ao Conselho Tutelar. A alimentação dos alunos, de acordo com a conversa, muitas vezes se limita ao que é oferecido na escola, ou ao que eles conseguem sozinhos. Ainda sobre as famílias, elas observam uma sexualização precoce das crianças, que costuma ser bem aceita pelos pais, assim como o casamento ou gravidez entre os jovens, pois acaba sendo um rompimento da responsabilidade da família.

A escola faz um acompanhamento de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs), para as quais é necessário haver uma adaptação curricular, pois têm dificuldades em acompanhar a aula dos demais alunos. Tal situação é percebida e avaliada pelos professores, que comunicam aos pais e estes devem levar a criança até um centro especializado para uma avaliação formal, obtendo assim um laudo. Contudo, as coordenadoras reportam que muitas vezes os pais não dão continuidade a tal diagnóstico. Elas mencionam que, em média, por turma, existem aproximadamente quatro alunos classificados como PNE com comprovação, e outros cinco com suspeita. Além disso, os professores muitas vezes fazem visitas domiciliares para melhor compreensão da realidade dos estudantes, podendo trabalhar considerando as particularidades de cada um, o que, segundo Sarmento, Fernandes e Tomás (2007), fortalece o papel positivo da escola.

As coordenadoras explanam que a escola participa do Programa Mais Educação, do Governo Federal. O programa busca disponibilizar aos alunos uma agenda integral nas escolas públicas, de no mínimo sete horas diárias, de acordo com o Ministério da Educação – MEC (BRASIL, 2014). O Ministério expõe que as atividades podem ser de diferentes áreas pedagógicas como, por exemplo, esporte e lazer, cultura e artes, educação econômica, entre outros. Na E.E.E.M. Crescer, as oficinas disponibilizadas no projeto variam, sendo citadas pelas funcionárias música, esportes e leitura. As inscrições na escola estudada são feitas conforme

necessidade das famílias, mas não existe estrutura para atender a todos os interessados, sendo organizada uma fila de espera.

Elas reconhecem a importância do PBF para as famílias de alguns alunos, além de funcionar como estímulo real para a frequência escolar, que as coordenadoras afirmam ficar próxima ao limite mínimo para muitos estudantes. Em função de repetência, existem diversos casos de inadequação do aluno à série, por ele ser muito mais velho, o que acarreta, segundo elas, em uma influência negativa aos mais novos. O alto índice de evasão no Ensino Médio também é uma realidade descrita por elas, que busca ser combatida pela escola. Conforme a UNICEF (2000) alguns problemas de qualidade de ensino, ou mesmo necessidade de trabalhar, pode acarretar em tal situação. As entrevistadas interpretam, ainda, que há uma ausência de ambição e sonhos por parte dos alunos, que foi foco de um trabalho recente – tal projeto escolar pode ter acarretado em mudanças na resposta referente ao futuro no questionário aplicado com os alunos.

O estudo foi feito com uma população que apresenta características semelhantes, o que possibilita uma análise de dados mais reais. É possível perceber que, mesmo dentro de um município que não apresenta indicadores preocupantes de uma situação de pobreza, existem focos dessa realidade, expondo a necessidade de estudos dessa natureza. Nota-se, também, a relevância do papel da escola e dos pais no desenvolvimento das crianças, e a necessidade de atentar às mesmas para o combate à pobreza, com o intuito de evitar sua reprodução e perpetuação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no referencial teórico utilizado, foi possível perceber a pobreza por diferentes perspectivas e interpretações, com mensurações variadas. Como decorrência de tal análise, nota-se que a identificação de quem está no nível da pobreza sofre alterações. A interpretação mais tradicional, de considerar a pobreza um fenômeno exclusivamente monetário, mostra-se insuficiente e comumente envolve certa arbitrariedade. Diferentes níveis mínimos de rendimentos, como, por exemplo, definir pobreza a partir do recebimento de menos de R\$ 70,00 *per capita* ou determinar outro valor, já é capaz de modificar o cenário drasticamente, sendo necessário considerar que o acréscimo de R\$ 1,00 na renda já seria suficiente para sair da pobreza. Outras abordagens, como a de necessidades básicas – assim como a monetária, muitas vezes – validam um nível mínimo de vida, com características padronizadas para qualquer indivíduo, independentemente de sua realidade. A definição do entendimento do conceito, seja qual for, implica em variações na identificação das pessoas e no dimensionamento da problemática, sendo necessária uma avaliação da interpretação mais adequada.

Ao entender a pobreza como um fenômeno multidimensional, torna-se relevante considerar diferentes áreas de estudo, como a pedagogia, sociologia e até filosofia, para fortalecer uma análise econômica que se proponha a trabalhar com a temática. Na compreensão da pobreza como privação de capacitações, que ganhou força no século XX, existe uma preocupação quanto às pessoas e suas condições de vida, levando em conta as liberdades para se desenvolverem. Dessa forma, ganha relevância o investimento em capital humano, salientando a importância das pessoas e de priorizar serviços de saúde e educação, entre outros, objetivando o aumento do acesso a oportunidades. Tal medida aparece como uma possível maneira de romper a perpetuação da realidade da pobreza.

A partir da pesquisa bibliográfica, demonstra-se também uma significativa importância de investimento nas crianças, visto que isto culmina em melhorias estruturais da situação, em função da determinação em seu futuro e mudança do mecanismo de transmissão intergeracional da pobreza, auxiliando, assim, o rompimento desse círculo vicioso. Como pontos fundamentais de atenção, vale destacar a saúde, a educação, a família e a nutrição, entre muitos que precisam ser trabalhados, possibilitando um apoio adequado ao desenvolvimento infantil, devendo ser levada em conta a interação dos fatores de risco. Tais considerações surgem como possíveis indicativos

de focos de políticas públicas, visando ao aumento de liberdade e oportunidades, e condições de vida mais dignas.

A pobreza infantil implica na negação de capacitações fundamentais, causando impactos negativos ao longo da vida do indivíduo. Dessa forma, surge um impedimento de realizarem alguns funcionamentos que deveriam ser garantidos, impossibilitando a conquista de certas capacitações na vida adulta. Existe uma replicação da realidade dos pais para os filhos, e muito raramente a criança consegue superar os limites impostos por uma situação de pobreza crônica e se desenvolver. Além disso, muitas das características, tanto cognitivas como não cognitivas, são fundamentadas na infância, reforçando a relação direta entre a fase infantil e a vida adulta.

Além da necessidade de incluir as crianças nas políticas públicas de erradicação da pobreza ou incentivo ao desenvolvimento, outro conceito que ganha relevância é o crescimento pró-pobre. A priorização do fomento de iniciativas dessa natureza, em conjunto com a eliminação de condições que prejudiquem os pobres, podem unir a eficiência e a equidade, minimizando o *trade-off* existente entre elas. A ascensão econômica não precisa ser, impreterivelmente, prejudicial àqueles vivendo em privações, podendo aliar dessa maneira o crescimento econômico com a melhora de vida da população, apoiando o desenvolvimento.

Através da pesquisa empírica, foi possível conhecer um exemplo concreto da problemática estudada, percebendo uma realidade de privações. Notou-se, contudo, significativas diferenças entre os depoimentos das coordenadoras, as breves conversas com os professores durante a aplicação dos questionários, e aquilo exposto pelas crianças em suas respostas. As crianças caracterizaram uma realidade mais amena, surpreendendo frente à expectativa inicial, enquanto funcionários e educadores retratavam uma situação mais complicada, com inúmeras privações. Enquanto respondiam as questões, as crianças fizeram algumas observações verbais, ou mesmo questionamentos, que demonstraram condições mais próximas daquelas caracterizadas pelos adultos da escola.

Percebeu-se, principalmente referente à relação familiar, que as crianças tendem a minimizar as dificuldades, relatando, assim, certa proximidade com os pais. É possível inferir que isto as auxilia a suportar situações complicadas, e lidar com o problema de maneira mais tranquila, podendo indicar a presença de preferências adaptativas. Outro fator que pode influenciar tal diferença é a pouca idade dos entrevistados, possível fator limitador de suas perspectivas ou percepções, entretanto, o objetivo do trabalho empírico residia em entender suas

visões da situação. Quanto às condições de moradia observou-se um resultado semelhante. Ao mesmo tempo em que apresentaram questionamentos acerca da questão sobre acesso à água e à luz, visto que todos tinham, em suas falas aparecia que em suas casas existia entre um e três pontos de iluminação, aproximadamente.

É sabido que, ao nascer, a criança está inserida na realidade dos seus pais, seja ela qual for, sem poder de agência sobre isso. Com a pobreza não é diferente. Torna-se então necessária uma atenção por parte da sociedade e do poder público para melhorar a perspectiva de reversão dessa problemática, com ações específicas centradas no público infantil. As dificuldades das crianças e sua inocência neste processo são reconhecidas, mas, ainda assim, é notável a carência de ações e iniciativas nessa direção.

Dessa forma, o presente trabalho estimula a realização de mais pesquisas conceituais acerca do tema, possivelmente com maior foco na busca de soluções para a pobreza infantil. Também, a pesquisa empírica realizada poderia ser replicada em diferentes realidades, atingindo resultados convergentes ou divergentes daqueles encontrados no estudo feito em Venâncio Aires. Ainda, a partir da ampliação da população foco do estudo empírico, poderia ter sido realizado um estudo econométrico, buscando estimar, através de um modelo, a relação entre os fatores apresentados, descobrindo os aspectos que mais limitam as liberdades das crianças. Decorrente desses estudos posteriores, poderia ser fomentada a criação de programas públicos centrados na infância, com medidas que tratem dos temas identificados como fundamentais para seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AMIEL, Y.; COWELL, F. Poverty. In: _____. **Thinking about inequality: personal judgment and income distributions.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 89-113.

BECKER, G. Human capital. **Revista de Ciencias Empresariales y Economía**, Montevideo, n. 1, p. 12-23, 2002. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2539041>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

_____. The age of human capital. In: LAZEAR, E. (Ed.) **Education in the twenty-first century.** Stanford: Hoover Institution Press, 2002. p. 3-8. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=aWKc7HZujVEC&lpq=PP1&dq=education%20in%20the%20twenty%20first%20century%20lazea&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 27 maio 2014.

BIRD, K. The intergenerational transmission of poverty: an overview. **Overseas Development Institute**, London, n. 99, p. ii-53, Oct. 2007. Disponível em: <http://www.chronicpoverty.org/uploads/publication_files/WP99_Bird.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020).** Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/Documentos%20normativos/DEX/projeto_de_lei_do_plano_nacional_de_educacao_pne_2011_2020.pdf>. Acesso em: 30 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1113>. Acesso em: 29 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita - Rio Grande do Sul.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginirs.def>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/maio/11.05.02_Nota_Tecnica_Perfil_A.doc/view>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. **Bolsa Família: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/cartilhas>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. **Bolsa Família.** Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 29 maio 2014.

_____. **RI Bolsa Família e Cadastro Único: Venâncio Aires (RS).** Brasília, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 29 maio 2014.

CAMPOS, R.; CAMPOS, R. F. A educação das crianças pequenas como estratégia para o “alívio” da pobreza. **Revista Inter Ação**, Goiás, v. 33, n. 2, p. 241-263, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/5265>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

COMIM, F. et al. **Pobreza: da insuficiência de renda à privação de capacitações: uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional**. 2006. Projeto de Pesquisa: Pobreza Multidimensional em Porto Alegre. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/indicador_multidimensional.pdf>. Acesso em: 27 maio 2014.

COMIM, F.; BAGOLIN, I.; AVILA, R. Heterogeneidades individuais versus intensidade da pobreza em Porto Alegre – RS. **Revista EconomiA**, Brasília, v.13, n.2, p.447-463, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n2p447_463.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2014.

CRESPO, A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Revista de Administração de Empresas – Eletrônica**, São Paulo, v.1, n.2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

CUNHA, F.; HECKMAN, J. J. Investing in our young people. **National bureau of economic research**, Cambridge, n. 16201, p. 1-31, Jul. 2010. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w16201.pdf?new_window=1>. Acesso em: 05 jun. 2014.

CUSWORTH, L. **The impact of parental employment and unemployment on children and young people**. 2006. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Nottingham, Nottingham, 2006. Disponível em: <<http://theses.nottingham.ac.uk/317/1/phd-final.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

DAMATTA, R. **Relativizando: uma Introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.12, n. 34, p. 121-159, set./dez. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n34/v12n34a19.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-113, set. 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

FIORE, E. G. et al. Proposta de indicadores para a qualidade de vida no município de São Paulo. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 102-128, 2007. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/798>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Idese**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

_____. **Município**: Venâncio Aires. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Ven%E2ncio+Aires>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

GODOY, A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

GOLDMEIER, G. A educação no liberalismo igualitário “refinado” de Rawls, Sen e Nussbaum. In: MUNHOZ, A. V. et al. (Org.). **Infância e outros temas**. Lajeado: Ed. da Univates, 2012. p. 75-90. (Diálogos na Pedagogia Coletâneas, v. 3). Disponível em: <https://www.gnuteca.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/15/pdf_15.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2014.

GORDON, D. et al. **Multidimensional measures of child poverty**. Bristol, 2005. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/md-poverty/papers/Dave%20Gordon.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

HUSTON, A. C. et al. **Children in poverty**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=G8bHy47FYAkC&lpg=PR7&ots=b_L9nsUwOk&dq=Children%20in%20Poverty%20huston&lr&hl=ptBR&pg=PP1#v=onepage&q=Children%20in%20Poverty%20huston&f=false>. Acesso em: 05 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contas regionais do Brasil – 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default_pdf.shtm>. Acesso em: 05 jun. 2014.

_____. **Brasil em síntese**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 maio 2014.

_____. **Estados**: Rio Grande de Sul. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rs>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

_____. **Cidades**: Venâncio Aires. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432260&search=rio-grande-do-sul|venancio-aires>>. Acesso em: 27 maio 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Pobreza**: taxa de extrema pobreza. Brasília, 2013. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. **Pobreza**: taxa de pobreza. Brasília, 2013. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. **Renda:** desigualdade: coeficiente de Gini. Brasília, 2013. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. **% de vulneráveis à pobreza.** Brasília, 2013. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. **% de crianças vulneráveis à pobreza.** Brasília, 2013. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo Escolar.** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

JENKINS, S. P.; SCHLUTER, C. The effect of family income during childhood on later-life attainment: evidence from Germany. **IZA Discussion Paper**, Bonn, n. 604, p. 1-29, Oct. 2002. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/iza/izadps/dp604.html>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

KAKWANI, N.; PERNIA, E. What is pro-poor growth?. **Asian development review**, Mandaluyong, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2000. Disponível em: <[http://garrido.pe/lecturasydocumentos/KAKWANI%20%20PERNIA%20\(2000\)%20What%20is%20pro%20poor%20growth.pdf](http://garrido.pe/lecturasydocumentos/KAKWANI%20%20PERNIA%20(2000)%20What%20is%20pro%20poor%20growth.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2014.

KERSTENETZKY, C. L. *Welfare state* e desenvolvimento. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 129-156, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD52.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

MARSHALL, T. Citizenship and social class. In: MANZA, J; SAUDER, M. (Ed.). **Inequality and Society**. New York: W.W. Norton, 2009. p. 148-154. Edição baseada na publicação do ano de 1950. Disponível em: <<http://socialpolicyframework.alberta.ca/files/documents/marshall-citizenship-and-social-class.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2014.

MENDONÇA, L. Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 65-73, jan./jul. 2012. Disponível em: <<http://revistas eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/10522>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

NUSSBAUM, M. **Women and human development: the capabilities approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PEREIRA, G. Preferencias adaptativas: un desafío para el diseño de las políticas sociales. **Isegoría**, Madrid, n. 36, p. 143-165, ene./jun. 2007. Disponível em: <<http://isegoria.revistas.csic.es/index.php/isegoria/article/viewArticle/63>>. Acesso em: 31 maio 2014.

PORSSE, M. C. S. et al. O Programa Primeira Infância Melhor no Rio Grande do Sul: uma avaliação à luz da Abordagem das Capacitações. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 35, p.286-316, jun./jun. 2012. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/2642>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

PRIMEIRA INFANCIA MELHOR – PIM. **Conheça o PIM**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.pim.saude.rs.gov.br>>. Acesso em: 27 maio 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013**. New York, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.

REIS, M.; CRESPO, A. **O impacto da renda domiciliar sobre a saúde infantil no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (Texto para Discussão, n. 1397). Disponível em: <<http://www.econstor.eu/handle/10419/91148>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. **Portal infância e juventude**: documentos internacionais. Porto Alegre, 1990. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/infancia/documentos_internacionais/id109.htm>. Acesso em: 29 maio 2014.

RIZZINI, I. Infância e globalização: análise das transformações econômicas, políticas e sociais. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 44, [s.p.], jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://sociologiapp.iscte.pt/fichaartigo.jsp?pkid=478>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

ROMÃO, M. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 355-370, out./dez. 1982. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewArticle/292>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

SARMENTO, M. J.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Políticas públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade e Cultura**, Porto, n. 25, p. 183-206, 2007. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/sites/default/files/infancia.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

SEN, A. Concepts of poverty. In: _____. **Poverty and famines**: an essay on entitlement and famines. Oxford: Oxford University Press, 1981. p. 9-23.

_____. Poverty: identification and aggregation. In: _____. **Poverty and famines**: an essay on entitlement and famines. Oxford: Oxford University Press, 1981. p. 24-38.

_____. A economia da vida e da morte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8, n. 23, [s.p.], out. 1993. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=214:rbc-23&catid=69:rbc&Itemid=399>. Acesso em: 05 jun. 2014.

_____. **Invertir en la infancia**: su papel en el desarrollo. 1999. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=353125>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. The economics of happiness and capability. In: BRUNI, L.; COMIM, F.; PUGNO, M. (Org.). **Capabilities and happiness**. New York: Oxford, 2008. p. 16-27. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=9M4Qb-aj-74C&lpg=PA16&ots=1e14-I0RVY&dq=The%20Economics%20of%20Happiness%20and%20Capability&lr&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q=The%20Economics%20of%20Happiness%20and%20Capability&f=false>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

SILVEIRA, D.; CÓRDOVA, F. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 31-42. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

TOCHETTO, D. et al. Crescimento pró-pobre no Brasil – uma análise exploratória. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., João Pessoa, 2004. **Anais...** João Pessoa: ANPEC, 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A047.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

TOWNSEND, P. The meaning of poverty. **British Journal of Sociology**, p. 85-102, jan. 2010. Edição baseada na publicação do ano de 1962. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-4446.2009.01241.x/full>>. Acesso em: 27 maio 2014.

UNITED NATIONS – ONU. **Conferences, meetings, events: Millennium Summit**. New York, 2000. Disponível em: <http://www.un.org/en/events/pastevents/millennium_summit.shtml>. Acesso em: 27 maio 2014.

_____. **The millennium development goals report**. New York, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/report-2013/mdg-report-2013-english.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2014.

_____. **Millennium goals: home**. New York, 2014. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>. Acesso em: 27 maio 2014.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND – UNICEF. **Poverty reduction begins with children**. New York, 2000. Disponível em: <http://www.unicef.org/publications/files/pub_poverty_reduction_en.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2014.

_____. **The state of the world's children 2005: childhood under threat**. New York, 2005. Disponível em: <[http://www.unicef.org/publications/files/SOWC_2005_\(English\).pdf](http://www.unicef.org/publications/files/SOWC_2005_(English).pdf)>. Acesso em: 27 maio 2014.

_____. **Nossas prioridades**. São Paulo: Unicef Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Poverty reduction**. Paris, 2014. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-internationalagenda/education-for-sustainable-development/poverty-reduction/>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

VENÂNCIO AIRES. Prefeitura Municipal. **Município**. Venâncio Aires, 2014. Disponível em: <<http://www.pmva.com.br/>>. Acesso em: 29 maio 2014.

WORLD BANK. **Poverty overview**. Washington, 2014. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA A PESQUISA DE CAMPO

O presente instrumento de pesquisa consiste no questionário que foi aplicado na pesquisa de campo com crianças de 10 a 12 anos da E.E.E.M. Crescer, em Venâncio Aires. O objetivo consistia em compreender sua percepção da realidade na qual estão inseridas, possibilitando uma análise de suas privações.

QUESTIONÁRIO – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO UFRGS

IDENTIFICAÇÃO

1. Sexo: Masculino Feminino
2. Idade: 9 anos ou menos 10 anos 11 anos 12 anos 13 anos ou mais
3. Irmãos: Nenhum 1 irmão 2 irmãos 3 irmãos 4 irmãos ou mais
4. Seus irmãos são filhos do seu pai e da sua mãe? Sim Mesma mãe Mesmo pai
5. Fez Educação Infantil? Sim Não
6. Em que ano está? 2º ano 3º ano 4º ano 5º ano
 6º ano 7º ano 8º ano
7. Faz alguma atividade fora da escola? Sim Não
Qual? Esporte Passa o dia inteiro na escola Núcleo/Projeto Outro:.....

CONTEXTUALIZAÇÃO

8. Em que bairro mora?.....
9. Com quem você mora? (pode marcar mais de uma) Mãe Pai Irmãos
 Avós Tios Amigos Outros:
10. Você conhece sua mãe e seu pai? Sim Só a mãe Só o pai
11. Quantos banheiros têm na sua casa? Nenhum 1 2 3 ou mais
12. Onde ficam os banheiros? Dentro de casa Fora de casa
13. Você divide quarto ou cama com alguém? Sim, quarto Sim, quarto e cama Não
Com quem?

14. Sua casa tem luz elétrica? Sim Não
15. Sua casa tem água? Sim Não
16. Você trabalha? Onde? Sim, trabalho em casa Sim,..... Não
17. Você já trabalhou? Sim, trabalhei em casa Sim, Não
 Por quanto tempo? Menos de 1 ano Entre 1 e 2 anos Mais de 3 anos
18. Quantas refeições você faz por dia? Uma Duas Três Mais de três
19. Você se considera saudável? Sim Não
20. Com que frequência você vai ao médico? Regularmente Quando está doente
 Apenas quando está muito doente Nunca fui ao médico
21. Sua família recebe alguma ajuda do Governo? Sim, Bolsa Família Sim, outra Não

RESPONDA SOBRE SUA MÃE:

22. Idade da sua mãe: Menos de 20 anos Entre 21 e 25 anos Entre 26 e 30 anos
 Entre 31 e 35 anos Entre 36 e 40 anos Entre 41 e 45 anos Entre 46 e 50 anos
 Mais de 50 anos
23. Escolaridade da sua mãe: Fundamental incompleto Fundamental completo
 Médio incompleto Médio completo Superior
24. Profissão da sua mãe:
25. Idade com a qual sua mãe teve o primeiro filho: Menos de 15 anos Entre 16 e 20 anos
 Entre 21 e 25 anos Entre 26 e 30 anos Mais de 30 anos

RESPONDA SOBRE SEU PAI:

26. Idade do seu pai: Menos de 20 anos Entre 21 e 25 anos Entre 26 e 30 anos
 Entre 31 e 35 anos Entre 36 e 40 anos Entre 41 e 45 anos Entre 46 e 50 anos
 Mais de 50 anos
27. Escolaridade do seu pai: Fundamental incompleto Fundamental completo
 Médio incompleto Médio completo Superior
28. Profissão do seu pai:
29. Idade com a qual seu pai teve o primeiro filho: Menos de 15 anos Entre 16 e 20 anos
 Entre 21 e 25 anos Entre 26 e 30 anos Mais de 30 anos

QUESTÕES SUBJETIVAS

30. Você tem planos/sonhos para o futuro? Sim Não
Quais?
31. Você recebe atenção dos seus pais? Sim Não
Vocês conversam regularmente? Sim Não
Eles ajudam você com a escola? Sim Não
Vocês leem juntos? Sim Não
32. Você já leu livros fora da escola? Sim Não
33. Você gosta da escola? Sim Não
34. Por que você vai para a escola? Para aprender Em função dos meus pais
 Porque todos devem estudar Outro:
35. Pensando em suas necessidades, o que você mais precisaria ter hoje?
.....
36. Você se sente seguro para andar na rua? Sim Não
37. Com quem você sente que pode contar / em quem você confia? (pode marcar mais de uma)
 Mãe Pai Irmãos Amigos Outras pessoas da família
 Comunidade Governo Polícia Ninguém Outros:
38. Sendo o mínimo 1 e o máximo 10, em que nível você se considera feliz?
 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

ANEXO A – TABELA DE TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DE POBREZA

O que é transmitido?		Como é transmitido?
CAPITAL FINANCEIRO, MATERIAL, AMBIENTAL		
<ul style="list-style-type: none"> • Dinheiro • Terras • Gado • Propriedades 	<ul style="list-style-type: none"> • Outros ativos físicos produtivos/não produtivos • Recursos de propriedade comum • Dívidas 	<ul style="list-style-type: none"> • Seguros, previdência/pensões • Herança, legado, desapropriação • Doações e Empréstimos • Dote • Conservação/degradação ambiental • Servidão
CAPITAL HUMANO		
<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação educacional, conhecimento, habilidades, estratégias de sobrevivência 	<ul style="list-style-type: none"> • Boa saúde mental/física • Doença, deficiência • <i>Inteligência?</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Socialização • Investimento de tempo/capital em cuidados; educação/treinamentos; saúde/nutrição • Contágio, transmissão de mãe para filho • Herança genética
CAPITAL SOCIAL, CULTURAL, POLÍTICO		
<ul style="list-style-type: none"> • Tradições, instituições, títulos, sistemas de valores • Posições na comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a importantes tomadores de decisão, benfeitores, organizações • “<i>Culturas da pobreza</i>”? 	<ul style="list-style-type: none"> • Socialização e educação • Parentesco • Localidade • Herança genética • Atitudes, preconceito (ex: discriminação por gênero), conhecimento cultural, tradições, sistemas de valores • <i>Status</i> • Regras de direito
Quais fatores AFETAM a transmissão?		
<ul style="list-style-type: none"> • Regras de direito determinando o acesso ao capital • Tendências e choques econômicos • Acesso aos mercados e sua natureza • Presença, qualidade e acesso aos serviços sociais e redes de segurança públicos, privados e comunitários • Pandemia de HIV/AIDS; outras doenças regionalmente endêmicas; estigma 	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura da casa e da família • Práticas de adoção • Nível de educação e habilidade dos pais • Intenção/atitude de pais e filhos • Natureza do espaço de vida • Estratégia de sobrevivência • Acesso político 	
<p><i>Fonte: Adaptada de Moore (2005)</i></p>		

Fonte: Bird, 2007, tradução nossa.